



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 31 - Nº 585 - DE 28 DE ABRIL A 12 DE MAIO DE 2019 - R\$ 4,00

Por um 1º de Maio unificado, classista, anti-imperialista e anticapitalista



O 1º de Maio unificado deve servir à luta independente da classe operária, e não à política colaboracionista. Deve servir às bandeiras Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes e fim da reforma trabalhista e da terceirização de Temer/Meirelles. Deve servir à bandeira anti-imperialista de não à privatização das estatais e de não à desnacionalização da economia. Em especial, deve levantar a bandeira de não à entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos. Reestatização sem indenização de todas as empresas privatizadas. Fim do saque parasitário do País, não pagamento da dívida pública. Deve levantar a bandeira de rompimento da opressão imperialista e em defesa da independência nacional. Deve ainda se voltar aos camponeses pobres e oprimidos com a bandeira de expropriação dos latifúndios, entrega das terras aos pobres do campo e coletivização da produção agrária. Sobre esse programa se ergue a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Ergue-se a luta por um governo operário e camponês. E se erguem as condições para constituir a frente única anti-imperialista, sob a direção do proletariado.



10 anos do falecimento de Guillermo Lora

**“Temos de ser os instrumentos
conscientes das leis da história”**



As condições políticas são favoráveis à luta

Os conflitos internos ao governo se acentuam. Expressam a incapacidade de Bolsonaro em centralizar as forças políticas que o elevaram ao poder. A crise econômica persiste, e nada indica que será superada em curto prazo. As previsões são de que o baixo crescimento se prolongará, pelo menos até o próximo ano. O desemprego e subemprego em alta afligem as massas, que não veem uma saída. Experimentam na carne a implantação da infame reforma trabalhista e da terceirização.

A promessa do governo e dos capitalistas de que a reforma da Previdência reverterá esse quadro não convence ninguém que vive do trabalho. A desconfiança e rejeição atingem, inclusive, uma importante camada da classe média, que, nas eleições, se arregimentou por trás do bolsonarismo. A maioria dos assalariados já se convenceu de que a reforma da Previdência sacrificará ainda mais suas condições de existência. Já trabalha muito, por um baixo salário. Assiste aos banqueiros exibirem lucros estratosféricos, enquanto o desemprego e subemprego não arrefecem. O baixo crescimento, a estagnação, a queda da massa salarial, o endividamento das famílias, a inadimplência, as drásticas mudanças nas contratações e o avanço da miséria estão na base da crise política, que se agravou desde a recessão dos anos 2015 e 2016.

O golpe de Estado e a imposição de uma ditadura civil ao País não reverteram as tendências desintegradoras da economia. A utilização de recursos, como o da terceirização, protege de imediato o lucro dos capitalistas, mas compromete o desenvolvimento das forças produtivas. É o que se passará com a desfiguração da Previdência. A substituição do governo imposto por um golpe institucional por um eleito não modificou, na essência, o caráter ditatorial e o plano econômico de ataque à vida das massas. Temer e Bolsonaro são duas faces da mesma política ditada pelo capital financeiro. A maioria dos explorados foi arrastada a eleger Bolsonaro sem ter a mínima noção de que se tratava de continuísmo. Rapidamente, no entanto, o desencanto tomou forma e cresce.

O Congresso Nacional, composto de uma porção de novos politiquieiros, não pode se alinhar automaticamente ao governo militarizante, ditatorial e fascizante. A farsa bolsonarista de encarnar uma “nova política” em detrimento da “velha política” se afunda em meio às divisões, interesses particulares e pressões das frações oligárquicas.

As massas, inevitavelmente, observam que Bolsonaro reproduz o que de pior havia se comprometido a varrer. Ao seu lado, estão o ex-juiz Sérgio Moro, tido como caçador de corruptos, e Flávio Bolsonaro, denunciado por ligações com as milícias do Rio de Janeiro.

Nos 100 dias de governo, vários ministros e cargos de segundo escalão caíram, sob o fogo das disputas internas, e pela reprovação de setores da burguesia. As desavenças entre os poderes do Estado, que recrudesceram após a derubada do governo de Dilma Rousseff, se transformaram em choques. As denúncias de corrupção, que ganharam corpo contra os ministros do STF Dias Toffoli e Gilmar Mendes, transbordaram no formato de caça aos denunciadores, censura a uma revista, e desentendimento com o Ministério Público. O recuo do ministro Alexandre de

Moraes na aplicação da censura e a instauração de procedimento disciplinar ao procurador Deltan Dallagnol indicam a que ponto chegaram as controvérsias entre os poderes.

O sintoma mais sensível da crise política se evidenciou nas acusações de Bolsonaro e bolsonaristas ao vice-presidente Hamilton Mourão, de

agir paralelamente ao presidente da República. A ascensão do impostor Olavo de Carvalho, assumidamente pelos bolsonaristas como chefe ideológico da ultradireita, sobre o presidente expõe a degradação da burguesia e das forças políticas brasileiras. Os seus setores mais esclarecidos criticam os excessos dos olavistas, por provocarem atritos desnecessários, quando há uma união em torno à política econômica de Paulo Guedes. O fato é que a ultradireita força passagem para implantar seu ideário religioso, chauvinista e militarista.

A resistência de uma parcela da classe média ao avanço do obscurantismo comparece como um fator da crise política. O fundamental, porém, está em que os explorados pressionam os sindicatos, centrais e movimentos a reagirem contra a reforma da Previdência, às demissões, ao desemprego e subemprego. A unificação do 1º de Maio se dá nestas condições. O problema está em que perdura a política de conciliação de classes, encabeçada pelo PT e aliados. As condições favoráveis à luta deve ser aproveitada pela vanguarda classista para empunhar as bandeiras que movimentam os explorados, impulsionar a ação direta e desenvolver a estratégia revolucionária do proletariado.

*A substituição do governo
imposto por um golpe
institucional por um eleito não
modificou, na essência, o caráter
ditatorial e o plano econômico de
ataque à vida das massas.*

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Por um 1º de Maio unificado, classista, anti-imperialista e anticapitalista.

Que o 1º de Maio unificado abra o caminho da constituição de uma frente única anti-imperialista

A tarefa do 1º de Maio unificado deve ser o ponto de partida da organização da greve geral. Não há dúvida de que a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes completa o ataque desfechado pelo governo Temer/Meirelles à vida dos explorados. É preciso erguer o País, de Norte a Sul, para derrubar a reforma da Previdência.

Se o 1º de Maio unificado abrir caminho para a greve geral e para a organização de um poderoso movimento de massa, expressará o conteúdo operário da unidade. O contrário será desastroso para o objetivo de quebrar a política econômica antinacional e antipopular de Bolsonaro/Guedes. Uma unidade burocrática e subordinada às decisões dos partidos no Congresso Nacional não terá um conteúdo proletário, e sim um conteúdo burguês.

Pela primeira vez, as centrais decidiram realizar um único 1º de Maio. Esse passo não foi por acaso. Ocorreu e ocorre porque há uma tremenda disposição de luta dos explorados. A unidade das bases operárias, camponesas e classe média empobrecida deve reger o 1º de Maio. Está aí a base para a constituição de uma frente única anti-imperialista.

As direções sindicais, em princípio, estão obrigadas a fortalecer a unidade classista dos explorados contra o governo e a burguesia, que estão em posição de ataque à maioria oprimida. O fortalecimento virá com a decisão de organizar a greve geral, sob a bandeira *Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes e fim da reforma trabalhista e da lei da terceirização da ditadura civil de Temer*. As centrais sindicais sabem, perfeitamente, da gravidade das consequências da reforma trabalhista e da terceirização. Sabem, também, do significado profundamente antioperário e antipopular da reforma da Previdência.

O problema está em que as centrais, raramente, se unificam em torno às necessidades e reivindicações da classe operária e demais explorados. A greve geral de 28 de abril de 2017 mostrou que a maioria dos oprimidos busca a unidade na luta. A unificação na greve geral de abril, no entanto, não foi mantida. Dois dias depois, as centrais fragmentaram o 1º de Maio, e retornaram ao conteúdo festivo, portanto, anti-classista. O desarme político e organizativo do movimento contra as reformas de Temer/Meirelles foi fatal. Dois

meses depois, se aprovava a violenta reforma trabalhista. Na situação presente, se recoloca a necessidade da unidade frentista que levou à greve geral de 2017.

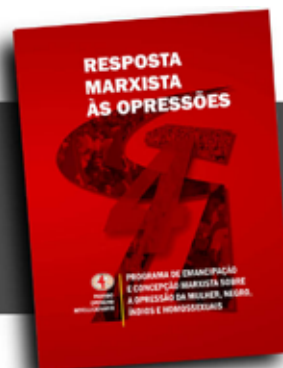
O 1º de Maio unificado indica a pressão dos acontecimentos sobre as centrais. As suas direções não podem manter o divisionismo, sem que os explorados vejam como traição. A unidade, no entanto, somente será testada nos dias seguintes. A Câmara de Deputados acelerou o trâmite do projeto de reforma da Previdência. Saltou da Comissão de Constituição e Justiça para a Comissão Especial. Os parlamentares concluirão as negociações. Está clara a base de um acordo entre o governo e a maioria dos partidos. Tudo está caminhando para a sua aprovação. Somente um gigantesco movimento nacional interromperá o desastre que recai sobre a maioria trabalhadora.

Se o 1º de Maio unificado não impulsionar a organização da greve geral, servirá tão somente de máscara à adaptação da burocracia sindical ao resultado final da votação da reforma na Câmara dos Deputados, portanto, à traição. A passividade que tem imperado no movimento sindical, camponês e popular permitiu que Bolsonaro, Guedes e Maia ultrapasassem as dificuldades internas à própria política burguesa. Já é tardio, mas é possível recuperar o terreno, caso se unifique a luta em torno à bandeira de *"Abaixo a reforma de Bolsonaro/Guedes"*, e se lance à greve geral, baseada em assembleias, comitês de base e manifestações locais, regionais e nacionais. Essa é a decisão que deve ser tomada no 1º de Maio unificado.

Fazemos a defesa do 1º de Maio unificado com esse conteúdo. E nos contrapomos a uma fraude que sirva para ocultar a passividade, até agora predominante. Ouvimos de burocratas, à boca pequena, que a classe operária não está querendo ir à greve geral. Na realidade, cresce o descontentamento da maioria diante da reforma da Previdência. Somente não se transformou em luta nacional devido ao divisionismo sindical, e à subordinação das centrais às manobras que se realizam no Congresso Nacional.

Os partidos de oposição, que dirigem ou influenciam o movimento operário, camponês, popular e estudantil, não foram capazes de romper com o jogo parlamentar, e se lançarem à mo-

Este livro trata não só da opressão sobre a mulher, mas também da sofrida pelos negros, índios e homossexuais. As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

bilização da população. Não vimos o PT, PCdoB e PSOL, que têm importante presença no parlamento, utilizarem a tribuna do Congresso Nacional para convocar os explorados ao levante contra a reforma e a política antinacional e antipopular de Bolsonaro. Não fazem senão discursar nos recintos do Congresso Nacional. Negam-se a vir às portas das fábricas, ao campo, às universidades e aos bairros para mostrar o caminho da ação direta, pelo qual os oprimidos derrotarão a ofensiva dos capitalistas e de seu governo. É essa política oposicionista, parlamentar, teatral e demagógica que influencia as centrais, sindicatos e movimentos. O 1º de Maio unificado não deve servir de caixa de ressonância ao oportunismo dos politiqueiros. As centrais têm de romper com essa conduta de submissão ao parlamento. Somente assim, poderão superar o divisionismo e unificar as massas em defesa de suas reivindicações e de seu próprio programa anticapitalista e anti-imperialista.

Os explorados – desempregados, subempregados, pobres e fa-

As massas, inevitavelmente, se colocam em posição de choque aberto com os governos francamente pró-imperialistas. A política opositora de conciliação de classes, por sua vez, procura evitar o confronto das massas com tais governos. É o que está se passando diante de Bolsonaro.

mintos – se chocam, não apenas com a reforma da Previdência, se chocam, igualmente, com a reforma trabalhista e a terceirização. O 1º de Maio unificado está obrigado a levantar as bandeiras dirigidas a defender os empregos, os salários, os direitos trabalhistas e as condições elementares da maioria. A destruição da CLT, naquilo que servia ao contrato coletivo de trabalho, e à proteção básica da mão-de-obra, expõe a necessidade da burguesia de reduzir ao máximo o valor da força de trabalho, e acabar com o custo das contratações e demissões. A orientação dos capitalistas, governos e instituições econômicas, para diminuir o peso da folha de pagamento nos custos de produção, se volta contra o mínimo de estabilidade no trabalho, e contra as condições elementares que impedem que milhões caiam da pobreza à miséria.

A classe operária e demais explorados estão diante de uma regressão histórica de condições de trabalho e existência. O capitalismo em crise e em desintegração estabeleceu um processo estrutural de contrarreformas. Suas reformas são para destruir antigas reformas, conquistadas pelo proletariado. A liquidação da CLT e o desmonte do sistema previdenciário são consequências das tendências destrutivas do velho capitalismo, que está obrigado a descarregar seus impasses sobre a classe operária e demais oprimidos. Essa regressão se dá em nível mundial, mas, em cada país, se manifesta de acordo com as particularidades de seu desenvolvimento.

No Brasil, a dívida pública e a gigantesca penetração do capital imperialista na estrutura econômica são determinantes. A burguesia nacional concluiu completamente subordinada ao capital financeiro mundial e aos monopólios. Impulsionou o parasitismo da dívida pública, a desnacionalização e, ultimamente, a desindustrialização. O desvio de uma grande parcela das riquezas, anualmente produzidas, para o capital financeiro, atravanca as forças produtivas e acaba por destruir parte delas. A existência de cerca de 30 milhões de brasileiros não incorporados ou semi-incorporados na produção social é um dos maiores reflexos do bloqueio das forças produtivas. Está aí por que mais de 15 milhões

Manifesto POR - 1º de Maio de 2019

se encontram mergulhados na miséria absoluta. E a reforma da Previdência, ao contrário do que afirma a burguesia e a grande imprensa, terá consequências recessivas para o país. Isso por que reduzirá o consumo, com os cortes e reduções das aposentadorias, e estimulará o investimento especulativo, em detrimento da produção. As contrarreformas de Temer e Bolsonaro são devastadoras para a economia nacional e para a vida das massas.

Os governos anteriores foram todos de contrarreformas, desde o golpe de 1964. O que mais caracteriza esses governos, em geral, é de serem subservientes ao capital financeiro e aos monopólios. É preciso destacar o lugar especial ocupado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, que melhor definiu os marcos da submissão ao imperialismo. O governo do PT se mostrou impotente, e acabou também servindo às contrarreformas. Por não ser francamente pró-imperialista e procurar servir a interesses particulares da burguesia nacional, se esgotou diante da bancarrota econômica, que atingiu o País, principalmente, a partir de 2014. O golpe de Estado de 2016 foi condicionado pela necessidade do capital financeiro impor a reforma trabalhista, a terceirização e a reforma da Previdência.

Temer se caracterizou como um governo de ditadura civil. Apesar de ser rejeitado pela esmagadora maioria, impôs a mais violenta reforma trabalhista da história social do país. Contou, para isso, com um Congresso Nacional golpista, de um lado, e com a política de conciliação de classes da burocracia sindical, de outro. Bolsonaro foi eleito como parte do golpe de Estado e da ditadura civil. Os governos ditatoriais emergem no seio da própria democracia oligárquica, como necessários para aplicar os violentos planos antinacionais e antipopulares. Os governos de conciliação de classes, a exemplo do PT, somente têm vigência nas condições favoráveis da economia mundial e nacional. As massas, inevitavelmente, se colocam em posição de choque aberto com os governos francamente pró-imperialistas. A política opositora de conciliação de classes, por sua vez, procura evitar o confronto das massas com tais governos. É o que está se passando diante de Bolsonaro.

O 1º de Maio unificado deve servir à luta independente da classe operária, e não à política colaboracionista. Deve servir às bandeiras *Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes e fim da reforma trabalhista e da terceirização de Temer/Meirelles*. Deve servir à bandeira anti-imperialista de *não à privatização das estatais e de não à desnacionalização da economia*. Em especial, deve levantar a bandeira de *não à entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos. Reestatização sem indenização de todas as empresas privatizadas. Fim do saque parasitário do País, não pagamento da dívida pública*. Deve levantar a bandeira de *rompimento da opressão imperialista e em defesa da independência nacional*. Deve ainda se voltar aos camponeses pobres e oprimidos com a bandeira de *expropriação dos latifúndios, entrega das terras aos pobres do campo e coletivização da produção agrária*. Sobre esse programa se ergue a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Ergue-se a luta por um governo operário e camponês. E se erguem as condições para constituir a frente única anti-imperialista, sob a direção do proletariado.

Viva o 1º de Maio unificado, classista, anti-imperialista e anticapitalista!

O QUE SE PASSOU NA ASSEMBLEIA DE 24 DE ABRIL

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC realizou assembleia para colocar em votação a proposta negociada com a direção da Ford, para o fechamento da unidade de São Bernardo do Campo. Tudo estava preparado para empurrar o acordo de demissão e fechamento da fábrica goela abaixo dos operários. Lembremos que a direção do sindicato havia mandado os operários retornarem ao trabalho no dia 2 de abril, sem que os empregos estivessem garantidos, e sem fazer nenhuma votação. Rafael Marques iniciou dizendo que, em 19 de fevereiro, quando foi anunciado o fechamento da fábrica, estava tudo incerto, mas que agora as coisas estavam evoluindo. Que as negociações com a Caoa haviam “avanzado”.

A direção realizou a assembleia na parte interna da fábrica. Mesmo assim, conseguimos distribuir o boletim Nossa Classe, na entrada da portaria, chamando os operários a retomarem a luta. Ocupar a fábrica e defender a estatização sem indenização, sob controle operário. Agitamos a convocação da assembleia geral dos metalúrgicos. Mostramos que emprego não se negocia, defende-se com luta.

A burocracia não queria que nenhuma informação sobre a proposta de acordo fosse vazada da assembleia. Chegou ao cúmulo de pedir para que ninguém gravasse as falas. O que tinha a esconder? Por que o medo de que todos soubessem o que a direção do sindicato havia negociado? A resposta veio logo em seguida, quando informaram que tinha feito um acordo com a empresa para não divulgar, por exemplo, a quantidade de operários que seriam demitidos no acordo, pelo PDI (demissão indicada pela fábrica).

José Quixabeira, o “Paraíba”, coordenador-geral da representação, informou que as negociações com a Caoa avançavam e retrocediam. Que surgiram alguns problemas nas negociações, entre a Caoa, o governo e a Ford. Que somente quando a Ford resolvesse a situação dos operários, fim do contrato, e o pagamento

das indenizações, seria possível fechar o acordo.

Conclusão. Não existia na proposta nada certo sobre quantos operários seriam contratados pela Caoa, nem mesmo qual o salário e onde iriam trabalhar os que ficassem.

“Paraíba” passou então a descrever os pontos da proposta.

1. A data-base seria paga em setembro 2019.
2. O plano médico seria cobrado 20% de coparticipação, no valor da consulta, a partir de julho.
3. PLR, R\$ 17.640,00 para todos.
4. Seria aberto o PDV (pedido de demissão voluntária e o PDI (pedido de demissão indicada). A empresa abriria o PDV e, se não alcançasse o número de demissão desejado, indicaria quem seria demitido.

5. Negociaram um pacote de indenização, para os operários demitidos no PDI ou PDV. Fizaram uma escala com os valores que cada um receberia, segundo o seu tempo de casa.

Wagnão, presidente do sindicato, antes de colocar a proposta em votação, repetiu os valores das indenizações. Percebendo que havia descontentamento, deu 5 minutos para os trabalhadores pensarem sobre a proposta.

Os operários escutaram atentamente. Entenderam que a proposta não garantia o emprego a todos, como havia prometido o sindicato. O que esperavam não era a indenização, mas sim a continuidade do emprego. Quando o Wagnão pediu para que levantassem as mãos quem era favorável à proposta, ninguém levantou. Foi um minuto de silêncio. Quando perguntou quem era contrário, todos gritaram e levantaram as mãos.

As mãos levantadas contra as demissões e o fechamento da fábrica expressaram o instinto de defesa da fonte de trabalho. A direção do sindicato sentiu que a assembleia, desta vez, reagiu contra as manobras que servem aos interesses da Ford e da Caoa.

Publicamos abaixo o Boletim Nossa Classe distribuído na assembleia da Ford de 24 de abril.

Política Operária

Retomar a luta contra o fechamento da Ford e em defesa dos empregos

O Boletim Nossa Classe faz campanha junto à classe operária contra o fechamento da Ford, e em defesa dos 4.500 empregos. Denuncia que o fechamento atingirá mais de 25 mil empregos indiretos (fábricas que fornecem produtos para a montadora). E que a retomada do trabalho não significava que o acordo de venda da Ford à Caoa era a garantia de nossos empregos.

Em pouco tempo, estamos nós, aqui, de novo. As negociações entre a Ford, Caoa e Doria esbarram nas pressões das multinacionais. Lembremos que, por trás da Caoa, estão a Chery e Hyundai. Nessas negociações, está em jogo o programa do governador de IncentAuto, que implica desconto gradativo no ICMS, mediante investimento de R\$1 bilhão, e garantia de 400 empregos. Como se vê, não existe nada de concreto. A situação de nossos empregos continua sem solução.

O Boletim Nossa Classe defende a retomada da luta. O caminho é o da greve com a ocupação da fábrica. É a defesa da estatização da Ford, sem indenização, e o controle operário da produção.

ORGANIZAR O MOVIMENTO LOCAL, REGIONAL E NACIONAL

A luta da Ford não pode ficar isolada. O que se passa na Ford também ocorre em outras montadoras e fábricas. O isolamento acaba favorecendo os interesses das multinacionais. Estas esfolam ao máximo nossas forças, saqueiam os cofres públicos, e mandam rios de dinheiro para suas matrizes.

Sabemos que as demissões não param. O desemprego cresce. E o subemprego é assustador, principalmente após a reforma trabalhista e a lei da terceirização. A vitória dos operários da Ford é a vitória da classe operária contra essas violentas medidas, impostas pelos capitalistas e seus governos.

O Boletim Nossa Classe defende a convocação da assembleia geral dos metalúrgicos para aprovar a luta unitária em defesa dos empregos. Que os sindicatos e centrais organizem um movimento que vá, desde o local (Ford-SBC), e se estenda para outras regiões e estados. Só com um forte movimento nacional poderemos barrar a ofensiva dos capitalistas contra nossas vidas.

Mercedes ameaça com o fechamento da fábrica de caminhões em Minas Gerais

O mesmo que ocorre com a Ford se passa com a Mercedes. A montadora anunciou o fechamento da fábrica de Juiz de Fora (MG). O que significa a demissão de 900 metalúrgicos diretos, e outras centenas indiretas. O mesmo que foi feito aqui, no caso da Ford; o sindicato e os operários participaram de uma audiência pública na Câmara Municipal. Na audiência, foi denunciado o quanto a montadora vem saqueando os cofres públicos, por meio dos incentivos fiscais.

Como se vê, as audiências públicas na Assembleia Legislativa e nas Câmaras de Vereadores não têm conseguido modificar a ofensiva das multinacionais. Estas ameaçam

com o fechamento, impõem a flexibilização capitalista do trabalho, e exigem ainda mais sacrifícios da classe operária. O objetivo é sempre preservar seus gigantescos lucros.

Está aí por que o Boletim Nossa Classe faz campanha de que é preciso uma luta unitária e nacional para quebrar a espinha dorsal dessas poderosas multinacionais. O problema da Ford é também o da Mercedes, como é também de outras montadoras. A nossa resposta tem de ser a ocupação das fábricas, que ameaçam fechar e demitir. Um só movimento da classe operária para defender nossos empregos.

Ford de Camaçari impõe o PDV para eliminar postos de trabalho

A Ford da Bahia anunciou a demissão de 700 operários. O sindicato, que ameaçou entrar em greve, desistiu da luta e aceitou o acordo com a montadora. Assim, agora em abril, a Ford abriu o Programa de Demissão Voluntária (PDV). O terror foi instalado no interior da fábrica para 3.500 metalúrgicos, porque, até o final do mês de abril, a empresa vai pressionar para que haja o cumprimento da meta de demitir 700.

Como se vê, a Ford de São Bernardo e a de Camaçari estão cortando com navalha os empregos em nosso País. Mesmo que a Ford de SBC seja vendida, não há garantia de emprego para os 4.500 trabalhadores.

O Boletim Nossa Classe exige que os sindicatos abandonem a política de acordos, que implicam demissões, redução da jornada com redução de salário, e eliminação de direitos trabalhistas. Que os sindicatos abandonem o corporativismo e se coloquem pela unidade da classe operária. Enfrentar a unidade das multinacionais que destrói empregos, e impõe a maldita reforma trabalhista e a terceirização.

Lutemos com a bandeira: Emprego não se negocia, defende-se com luta

Somos mais de 13 milhões de desempregados e quase 30 milhões de subempregados. Esperar, o quê? Esperar que a fome e a miséria continuem arrastando nossas famílias e nossos jovens para o precipício? Esperar que a violência seja cada vez mais cruel? **NÃO, companheiros!**

Está aí por que devemos exigir que as direções dos sindicatos não aceitem acordos que aumentam as demissões, e impõem mais sacrifícios aos explorados. Não podemos ficar calados diante de acordos que estabelecem os PDVs. Os capitalistas querem mais e mais lucros e, por isso, exigem que as direções dos sindicatos aceitem esses malditos acordos, como ocorreu na GM e, agora, na Ford de Camaçari.

O Boletim Nossa Classe defende que os empregos não podem ser negociados porque é nossa única fonte de existência. Ao contrário dos acordos malditos, a classe operária tem seu programa de luta pelo emprego a todos. O programa operário que responde a essa necessidade é o de escala móvel das horas de trabalho (divisão das horas de trabalho nacional entre todos aptos ao trabalho, sem redução de salários), estabilidade no emprego e controle operário da produção.

Salário mínimo de fome de Bolsonaro

Bolsonaro eliminou todas as regras de “valorização” do salário mínimo, criadas nos governos do PT. Dilma já havia modificado as regras anteriores do governo Lula. O cálculo considerava o aumento real do PIB dos dois anos anteriores e a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, o INPC, dos últimos 12 meses. Para o próximo ano, não haverá nenhuma quirela de aumento real do salário mínimo. Será corrigido unicamente pela inflação. Por isso, está previsto passar de R\$ 998 para R\$ 1.040. O que significa decretar mais fome e miséria para milhões de trabalhadores e aposentados.

O Boletim Nossa Classe denuncia o salário mínimo de Bolsonaro/Guedes. Defender um salário mínimo vital, capaz de manter uma família de 4 pessoas em condições dignas. O valor do salário mínimo vital deve ser definido pelas assembleias operárias e populares. E estas devem ser regidas pela democracia operária.

Um 1º de Maio unificado. Um 1º de Maio pela greve geral

As centrais estão convocando o 1º de Maio unificado. Precisamos de um 1º de Maio que levante as bandeiras contra a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes, que se coloque por derrubar a reforma trabalhista e a terceirização de Temer, e que aprove a greve geral. É preciso sair do discurso e partir para a organização da greve geral. O caminho da pressão aos deputados não derrubará a reforma da Previdência. Ao contrário, será por meio da greve geral, paralisando o País, que imporemos uma derrota ao governo direitista de Bolsonaro.

O Boletim Nossa Classe chama os operários a comparecerem em massa e se colocarem em favor da organização independente para pôr abaixo a reforma da Previdência. Cerrar os punhos em favor da greve geral, organizada por meio das assembleias fabris e outros locais de trabalho, e a constituir os comitês de luta nos bairros operários. Esse é o método próprio dos explorados para impor derrota aos capitalistas e seu governo.

O Boletim Nossa Classe, nesse 1º de Maio, levanta a bandeira de fim do capitalismo, fim da exploração de uma minoria sobre a maioria da população. E em defesa do socialismo.

Acordo de demissão é traição

A assembleia de 24 de abril, na Ford, mostrou o que já sabíamos. A direção do sindicato apresentou a proposta de um acordo de demissão. Desde o início do fechamento da Ford, o sindicato não se colocou pela defesa de todos os empregos. A ideia dos burocratas é que nada se poderia fazer contra o fechamento da fábrica, a não ser um acordo sobre as demissões. A disposição da Caoa de comprar a planta de São Bernardo, e a mediação do governador Doria despertaram ilusões sobre a possibilidade de garantia dos empregos. Essas ilusões foram alimentadas após a volta da direção dos metalúrgicos da reunião com a matriz da montadora, nos Estados Unidos.

Os capitalistas expuseram um plano mundial de reestruturação, de maneira que a decisão de fechar uma de suas unidades no Brasil era irreversível. O que significava liquidar 4.500 postos de trabalho até o final deste ano. Naturalmente, a Ford iria cumprir o ritual das indenizações. O sindicato não teria alternativa, a não ser mediar o choque entre os operários e a multinacional. O melhor que poderia fazer era acertar os valores indenizatórios. Como era de se esperar, a empresa já havia reservado um fundo para esse objetivo.

A decisão de fechar a fábrica é tomada nos escritórios da empresa. Os operários somente ficam sabendo depois de seu anúncio oficial. Assim funciona o capitalismo. Em outras palavras, assim se processam as relações de produção assentadas na propriedade privada dos meios de produção. Os empregos nascem, crescem, diminuem e morrem de acordo com essa lei econômica. Se o capitalista não mais necessita de determinada quantidade de força de trabalho, diminui ou fecha postos de trabalho. Os trabalhadores, que vendem sua força de trabalho, fazem parte dessa engrenagem, sem poder participar de seu funcionamento. Essa é uma das mais profundas contradições do regime de produção capitalista. Sem ocupar um lugar na produção, o operário não tem uma fonte de existência. O desemprego e o subemprego empurram o operário e sua família a saltarem da pobreza à miséria. A tendência geral do capitalismo é a de reduzir postos de trabalho. Nas condições de crise de superprodução, agrava-se essa tendência. É o que está ocorrendo com a reestruturação da Ford, e em todo o setor automobilístico.

A classe operária organizada, no entanto, tem como reagir, defender e alterar essa lei econômica. Isso por que sua força de trabalho movimenta a produção coletivamente. A classe operária ocupa um lugar central na produção social, de onde se cria a riqueza apropriada pela classe capitalista. Tem acumulado uma enorme experiência, ao longo do tempo. Lembremos que os sindicatos foram criados em meio à revolta dos operários ingleses nas primeiras décadas do século XIX. Os violentos protestos contra as demissões e o desemprego estiveram na base da organização coletiva do proletariado. Da experiência anárquica de quebrar as máquinas, a classe operária avançou com o método de ocupação e controle da produção. Foi assim que deixou de ser passivo, e se ergueu como uma força ativa. A conclusão é a seguinte: ou os explorados defendem os postos

de trabalho, ou os capitalistas continuarão a empurrá-los para a miséria e a fome.

A classe operária organizada não admite nem diminuição de postos de trabalho, nem fechamento da fábrica. Essa é uma luta permanente, enquanto o capitalismo não ceder lugar ao socialismo, em que a propriedade privada dos meios de produção seja convertida em propriedade social. Quando uma direção leva o sindicato a negociar as demissões, fortalece o poder dos capitalistas diante da classe operária. Está aí por que a posição da direção do sindicato dos metalúrgicos do ABC é de traição. O resultado desse tipo de negociação fragiliza a classe operária como um todo, e, em particular, os metalúrgicos, perante as multinacionais.

O Boletim Nossa Classe, porta-voz do Partido Operário Revolucionário, defendeu a imediata ocupação da Ford, uma vez que estava clara a decisão de seu fechamento. Baseou-se na experiência da classe operária em luta contra o poder da burguesia de mutilar a força de trabalho. Se a Ford fosse ocupada, naturalmente, se colocaria o controle operário da produção. O que repercutiria sobre o ramo metalúrgico, e daí para toda classe operária. Com a fábrica ocupada, a Ford teria sido questionada em seu poder de fechamento da fábrica. Esse seria um primeiro passo na luta pela defesa de todos os postos de trabalho.

Se a Ford fosse ocupada, se colocaria o controle operário da produção. O que repercutiria sobre o ramo metalúrgico, e daí para toda a classe operária. Com a fábrica ocupada, a Ford teria sido questionada em seu poder de fechamento da fábrica. Esse seria um primeiro passo na luta pela defesa de todos os postos de trabalho.

Tendo claro o fechamento, colocou-se a bandeira de estatização da Ford. Ganharia conteúdo nacional e força social, caso estivesse sob ocupação e controle operário. Trata-se de um passo mais avançado da luta, mas que necessariamente esteve e está colocado. A pergunta sobre quem estatizaria é pertinente. Nas condições atuais, a reivindicação seria dirigida aos governos burgueses, de Bolsonaro e Doria. Evidentemente, teria de ser um poderoso movimento nacional da classe operária para se impor tal solução, principalmente diante de governos francamente pró-imperialistas e desnacionalizantes. Mas, o fundamental está em que estaria colocada uma solução concreta contra o fechamento da fábrica e as demissões. A maior ou menor possibilidade de estatização, sem indenização, depende de relação de forças. Relação essa que precisa ser desenvolvida em favor do proletariado e demais explorados, pela via da luta e da organização independente. A defesa da estatização da multinacional é parte do programa da classe operária de expropriação dos monopólios, rompimento com as cadeias da opressão imperialista e pela independência nacional.

A convocação da assembleia geral dos metalúrgicos era e é um imperativo. O isolamento da Ford serviu às pressões do padrão imperialista e da própria burocracia sindical para evitar a ocupação, controle operário e a bandeira da estatização. A paralisação da montadora não teve repercussão sobre os metalúrgicos e o conjunto da classe operária, devido ao seu isolamento. O máximo que a direção sindical fez foi uma passeata

dos operários da Mercedes até Ford. Aí morreu a solidariedade. Da mesma maneira se passou com as primeiras manifestações, como a passeata da sede do sindicato até a Matriz de São Bernardo. Essas medidas poderiam ganhar dimensão, caso o sindicato organizasse uma grande campanha a partir da assembleia geral, e de formação de comitês contra o fechamento da Ford.

Não era do interesse dos burocratas polarizar o conflito. Não seria bom para suas negociações com a Ford, Caoa e Doria nacionalizar o movimento. Os cálculos já estavam feitos antecipadamente. Era previsível que nada de bom viria da montadora, que há algum tempo vinha indicando a intenção de se reestruturar. O sindicato e o comitê de empresa não pretendiam ir além das negociações em torno às indenizações. Estavam por negociar as demissões. Essa diretriz sindical antioperária desembocou na assembleia de 24 de abril, momento em que a burocracia anunciou o plano de demissões.

O descontentamento se manifestou quando os presentes

| Campanha contra o fechamento da Ford

se mostraram inquietos e inconformados com o relato de José Quixabeira, sobre a condição exigida pela Caoa para firmar o acordo de compra da Ford. O negócio somente poderia ser concluído depois que a montadora norte-americana resolvesse o desligamento dos trabalhadores e o pagamento das indenizações. A ideia de que a Caoa assumiria o ônus da continuidade dos postos de trabalho se desfez. O pacote apresentado por Quixabeira representava demissões pela via do PDV (Programa de demissão voluntária) e do PDI (programa de demissão indicada). Notou-se que a direção do sindicato não fez muito esforço para impor à assembleia a proposta patronal. Tudo indica que pretende manter as negociações, de maneira a convencer os operários de que não há outra saída. A orientação de permanecer na fábrica, com paralisação, é parte dessa manobra.

O movimento, assim, chega ao impasse. Ou rompe seu isolamento, ocupa a fábrica e convoca assembleia geral, ou cederá ao acordo de demissão. O Boletim Nossa Classe luta pela primeira via. Compareceu à assembleia com essa posição.

Nota de repúdio à direção do SINDMETAL ABC, e em defesa da democracia sindical

abril de 2019

Na assembleia da Ford, no dia 19/03/19, um grupo de bate-paus impediu que militantes do Partido Operário Revolucionário (POR) distribuíssem o Boletim Nossa Classe. Tal prática antidemocrática foi novamente realizada na assembleia da Ford do dia 26/03/19, quando um grupo de cinco bate-paus cercou um dos militantes do POR que distribuía o Boletim, e tentou arrastá-lo para trás dos ônibus estacionados no pátio. Na assembleia do dia 02/04/19, os bate-paus não deixaram que dos militantes entrassem na assembleia e tomaram mais uma vez os boletins de suas mãos.

Como se pode perceber, os atos de repressão dos bate-paus não foram isolados ou pontuais. Expressam, na verdade, uma política da burocracia sindical, de impedir que as correntes políticas e partidos possam expressar as suas posições, e aconteça o debate entre os operários. As divergências próprias da luta política devem ser resolvidas pelo debate e votação dos trabalhadores. Nunca pela violência reacionária. Deve-se frisar que os militantes do POR sempre se colocaram em apoio às lutas dos operários da Ford. No

caso presente, do ataque da multinacional, que anunciou o fechamento da planta, não é diferente.

Nesse sentido, o Fórum dos Sindicatos do Litoral Norte de São Paulo repudia a prática autoritária, reacionária o anti-sindical da direção do Sindmetal ABC. Esse tipo de violência é própria do Estado burguês e da polícia particular dos capitalistas, não pode nunca ser aceita no interior das fileiras dos trabalhadores e dos sindicatos. Reforçamos a defesa intransigente da democracia sindical, um dos princípios elementares do movimento sindical!!

***Contra o fechamento da Ford
em São Bernardo do Campo!
Repúdio à violência reacionária
dos dirigentes do Sindmetal ABC!
Em defesa da Democracia Sindical e da liberdade de expressão!***

Andrei Queli da Silva Guatura, Presidente SINDSERV

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Quinzena Operária

É preciso dar um passo à frente

A partir do dia 22 de abril, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), convocou a “20ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública”. Deixou a cargo das direções sindicais a realização de atividades. Em São Paulo, ocorrerá a paralisação e assembleia, no dia 26. Indicou a data de 15 de maio como de paralisação nacional dos trabalhadores da educação.

A direção da CNTE é majoritariamente do PT e aliados. Assim, a pauta de mobilização conta com a velha pressão parlamentar, com a intenção de convencer os parlamentares a não tomarem posição contrária à reforma da Previdência. Pretende, ainda, denunciar as várias investidas dos governos na destruição da escola pública como: a Lei da Mordada (Projeto Escola Sem Partido), a privatização da escola e da universidade pública, a desvinculação de recursos à educação, a militarização das escolas, a implantação da BNCC e a desvalorização dos profissionais da educação. Com

o slogan “Eu acredito e vou à luta: Escola pública, laica, plural, gratuita e sem violência, desmilitarizada, democrática, de qualidade social, com profissionais valorizados e ensino integral para todos e todas”, a CNTE assinalou a paralisação nacional. Sabemos das reais condições das escolas públicas em todo o país. Muitas delas não possuem banheiro, biblioteca e laboratórios. O arrocho salarial é violento, de Norte a Sul do País. E a reforma da Previdência imporá um duro sacrifício aos trabalhadores da educação. Portanto, razões para a greve nacional são muitas. A disposição de luta desponta por todos os lados. É preciso que a direção da CNTE rompa com a política de pressão parlamentar, com o passivismo e a colaboração de classes. E que os sindicatos vinculados à educação lancem um chamado a todas as centrais, para que se coloquem pela convocação da greve geral. A educação, isoladamente, não derrubará o plano de Bolsonaro-Guedes, que golpeia os explorados, a educação e a saúde.

POR UM 1º DE MAIO SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

As Centrais Sindicais se unificaram em torno do 1º de Maio. No dia 23 de abril, o governo e seus aliados no Congresso Nacional deram o primeiro passo para a aprovação da Reforma Previdenciária. O texto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), por 49 a favor e 18 contra. As várias tentativas de obstruir a votação, como sempre, não dão certo. O governo comprou a maioria dos parlamentares. A promessa de liberar 40 milhões, em quatro anos, para os parlamentares e outras tantas benesses foi suficiente para reunir forças e aprovar o relatório. O governo colocou alguns pontos que seriam retirados em seguida, para mostrar sua disposição de negociar e ceder. No entanto, manteve a espinha dorsal do projeto, que é o tempo de contribuição e a elevação da idade de aposentadoria. Ou seja, a impossibilidade de milhões de trabalhadores se aposentarem, recebendo o mínimo de suas contribuições.

Já está mais do que atrasada a convocação da greve geral. Mas, pelo visto, esse 1º de Maio unificado será mais um “esquentar” das Centrais. Isso porque estão submetidas às manobras no Congresso Nacional, e pelo seu calendário de votação. Embora unificado, tudo leva a crer que repetirá os discursos inflamados e os festejos.

O Partido Operário Revolucionário participará desse 1º de Maio Unificado, com a bandeira de convocação da greve geral. E em defesa de um 1º de Maio classista, socialista e revolucionário.

Mais fechamento de postos de trabalho

No mês de março, o Dieese divulgou que o índice de desemprego no Brasil cresceu, chegando a 13,1 milhões. Agora, no mês de abril, a Secretaria da Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia, divulgou o resultado do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), com o fechamento de 43 mil vagas formais. Segundo a pesquisa, a região Nordeste é a que mais fechou empregos.

Em contrapartida, cresceu o número de contratos pela modalidade de trabalho intermitente. Foram gerados 6.041 empregos, que representa um salto de 88% na comparação com o mesmo período de 2018. Além disso, foram registradas ainda 7.085 admissões em regime de tempo parcial, subtraindo os 4.956 desligamentos, o saldo é de 2.129 postos de trabalho precarizados. Como se pode notar, a reforma trabalhista vem sendo aplicada em detrimento dos empregos formais, com carteira assinada.

Está aí a necessidade de as centrais e sindicatos se colocarem por organizar a luta contra a reforma da Previdência e a terceirização. O desemprego e o subemprego crescentes são consequência da implantação dessas malditas reformas.

**1989
2019****30 anos
construindo
o partido-
programa**

100 dias de governo, o País afunda cada vez mais

O plano Bolsonaro/Guedes, de tirar o Brasil do pântano da corrupção, de fazer o País crescer e criar empregos, fracassou. Os dados do PIB para esse ano, que começaram inflados, mais de 3%, agora, os mais otimistas falam em cerca de 1%. A economia está entre a estagnação e a recessão. A Fundação Getúlio Vargas divulgou uma nota dizendo que o Brasil precisaria crescer 5,7%, em 2019 e 2020, para a década de 2011-2020 não ser considerada a pior dos últimos 120 anos. O que é inviável. A economia mundial volta a perder força, o que ajuda a empurrar o Brasil ladeira a baixo.

O enorme programa de privatização de Guedes visa tão somente a entregar o patrimônio público ao grande capital estrangeiro e nacional, e angariar recursos para a sustentação da dívida pública. A experiência com as privatizações já mostrou que, ao contrário de fortalecer a economia nacional e alavancar empregos, serve de instrumento para destruir mais postos de trabalho e ampliar a flexibilização capitalista do trabalho.

A realidade de mais de 13 milhões de desempregos, e quase 30 milhões de subempregados, jogou milhões na pobreza e miséria. A retomada das filas gigantescas de desempregados, como essa de 15 mil trabalhadores, no Viaduto do Chá, em São Paulo, testemunha o quanto a crise e os planos do governo vêm sendo descarregados sobre os explorados.

A tábua de salvação para Bolsonaro e Guedes está na aprovação da reforma da Previdência. Daí o jogo e as manobras para a compra de deputados. O discurso eleitoral de que se tratava de um governo contra a velha política do “toma lá dá cá” foi posto de lado. Correram atrás de governadores, prefeitos, parlamentares e imprensa monopolista, em favor da propaganda

da justiça da reforma. No Congresso Nacional, há um acordo de é preciso aumentar a idade mínima e tempo de contribuição, e reduzir o valor do benefício. E Guedes faz de tudo para que se mantenha no projeto a substituição do sistema de repartição pelo de capitalização. Para o governo, essa é a moeda de troca que oferece de garantia ao capital financeiro. Portanto, tudo gira em torno da aprovação dessa reforma, que é tida como um remédio amargo, mas que trará benefícios no futuro. Para os politiquinhos, há um Brasil que padece de investimentos e empregos, antes da aprovação da reforma, e outro Brasil mais vibrante, posterior à sua implementação.

Nada poderá atingir a governabilidade de Bolsonaro, que tem a tarefa de ir fundo nas reformas, privatizações e desnacionalizações. As denúncias de corrupção envolvendo sua família, o seu partido e ministros, o vínculo com as milícias no Rio de Janeiro, os gigantescos gastos com o “cartão corporativo” ficaram para trás. Como se vê, trata-se de um governo militarista podre.

É visível o descontentamento dos explorados para com o governo. O desemprego, as demissões e a reforma da Previdência estão na base desse descontentamento. No entanto, os explorados estão órfãos. As direções sindicais não fazem uma ofensiva junto à classe operária e demais oprimidos. As lutas contra o fechamento de fábricas e as demissões permanecem isoladas, o que faz com que acabem sendo derrotadas pelos acordos impostos aos sindicatos. Já foram 100 dias de governo, e as centrais estão encolhidas. As grandes centrais continuam com os discursos contra as reformas e o desemprego, mas não partem para a organização da greve geral, única forma de responder nacionalmente ao programa de governo francamente pró-imperialista.

Notas nacionais

Pela imediata libertação de Lula

A redução da pena de Lula, de 12 anos e um mês de prisão, para 8 anos e dez meses e vinte dias, pela Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi interpretada como uma possibilidade de o dirigente petista sair do regime fechado para o semi-aberto, dentro de alguns meses. O que mais chamou a atenção, no entanto, é que se confirmou uma condenação sem provas. O ex-juiz Sérgio Moro havia decidido pela prisão de Lula por 9 anos e seis meses. Depois, em 2ª instância, a sentença foi aumentada para 12 anos e um mês. Em nenhum lugar do processo, os juízes demonstraram que o triplex, no Guarujá, pertencia ao ex-presidente.

A redução da pena indica a arbitrariedade dos desembargadores da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região em aumentar a pena, sem apresentar nenhuma prova. Agora, o que parece uma correção, na realidade, apenas reproduz a arbitrariedade. Para condenar o petista à prisão e inviabilizar sua candidatura para as eleições de 2018, em contradição ao que diz a Constituição, aplicou-se a Lula a prisão em 2ª instância. Era direito do réu recorrer ao Supremo Tribunal Federal, última instância, em liberdade. Esse atropelo se deveu a pres-

sões políticas, advindas do golpe de Estado, que derrubou o governo de Dilma Rousseff. Até hoje, o Supremo não tomou uma decisão definitiva sobre a constitucionalidade ou não da prisão em 2ª instância. O ministro Dias Toffoli, presidente do STF, recentemente, fez mais uma manobra para adiar a decisão. Essa questão implicou, no período eleitoral, a intervenção do ex-comandante da Forças Armadas Villas Bôas, ameaçando o STF, caso libertasse Lula. É importante recordar esse trâmite, porque expõe a sobreposição das forças políticas da reação ao andamento regular da justiça.

Como se vê, a prisão e a libertação de Lula se deu e se dará no plano da política. O próprio Lula avalia que sua soltura ocorrerá quando mudar o quadro imperante. Desde o início, o POR denunciou a ofensiva da direita reacionária contra o PT e seus dirigentes. A defesa de Lula se devia e se deve unicamente ao fato de que as forças reacionárias passaram a utilizar dos métodos discricionários e autoritários para derrubar o governo do PT e cassar os direitos políticos de seu principal dirigente. Somente a classe operária poderia e pode julgar a conduta de Lula.

Unidade Progressista?

Aguarda-se para maio a próxima reunião da chamada “Unidade Progressista”. Os principais líderes são Fernando Haddad/PT, Guilherme Boulos/PSOL e Flávio Dino/PCdoB. Participa, também, Ricardo Coutinho/PSB, ex-governador da Paraíba. A intenção é a de atrair Ciro Gomes/PDT, Marina da Silva/Rede e Roberto Requião/ ex-senador do MDB. Autodenominam-se “oposição do campo democrático”.

A “unidade progressista” se assenta, segundo seu enunciado, na resistência aos retrocessos sociais, defesa da soberania nacional, garantias do Estado de Direito e libertação de Lula. É bem provável que Ciro Gomes e Marina Silva não adiram a essas diretrizes. A feição da “unidade progressista” está marcada por traços reformistas e nacionalistas. Essas lideranças se viram na necessidade de se juntar, depois do golpe de Estado de 2016, e da derrota eleitoral para Bolsonaro. Está aí por que Haddad entende que essa unidade é importante para dar “*visibilidade pública de que existe um campo de forças a ser considerado*”. Ocorre que a queda do PT do poder do Estado resultou em um processo de desmonte de sua capacidade de arregimentação oposicionista.

Por que soldados fuzilaram o carro da família Santos?

Em um domingo, 7 de abril, militares do Exército, no Rio de Janeiro, metralharam, com 80 tiros, o carro da família Evaldo Rosa dos Santos, que morreu alvejado. Alguns dias depois, veio a falecer o catador de material reciclado, Luciano Macedo, que foi atingido ao ajudar Evaldo Rosa. Os militares justificaram o acontecimento, afirmando que confundiram o carro da família Santos como sendo de marginais. O caso teve enorme repercussão política, que obrigou a justiça militar a prender os atiradores e abrir um processo.

Bolsonaro e seu vice Mourão consideraram uma fatalidade, um lastimável erro. O ministro da Justiça, Sérgio Moura, qualificou as mortes de “*incidente lamentável*”. E que apurações estavam sendo feitas. A defesa dos militares vai na mesma linha de raciocínio, indicando que a área em que as mortes ocorreram era de administração militar, e que o patrulhamento regular protegia a vila dos sargentos, “*cujo entorno é cercado de comunidades conflagradas com diversas ameaças, violência e até ataques às guarnições*”.

Certamente, a ação dos militares não tinha por objetivo metralhar um veículo que transportava uma família sem nenhum vínculo com a criminalidade. A morte de Evaldo também pode ser colocada na conta da fatalidade. Tomado o fato isoladamente, é o que parece. No entanto, observado nas condições em que as Forças Armadas se transformaram em forças policiais de in-

tervenção, temos expressamente um ato de violência do Estado. Mais ainda: o Rio de Janeiro é um dos estados em que há uma conflagração social diária. Militares, policiais, milícias e traficantes se enfrentam no seio da população pobre e miserável. É sobre ela que, no final das contas, recai a violência do Estado.

O presidente Bolsonaro e o governador do Rio de Janeiro, Witzel, comungam a mesma política de guerra contra a criminalidade. Acredita-se que, com as matanças diárias, o terror de Estado imporá a segurança pública e atenderá aos anseios da classe média. A militarização da política e o fortalecimento do Estado policial seriam necessários diante do caos social. Na realidade, essa via expõe a incapacidade da burguesia de resolver o desemprego, subemprego, avanço da miséria e, portanto, debelar a barbárie social. O terror vivido pela família Santos, que voltava de um passeio, é parte do contexto maior de decomposição do capitalismo, e de apodrecimento da política burguesa.

A revolução proletária é a via para libertar o país da barbárie. Somente com a expropriação da burguesia e a transformação da propriedade privada em propriedade social, se erradicarão as fontes da pobreza, da miséria e de toda sorte de violência. Na luta por esse programa, a classe operária e demais explorados terão de se unir contra o governo militarista, ditatorial e fascizante de Bolsonaro.

A revolução proletária é a via para libertar o país da barbárie. Somente com a expropriação da burguesia e a transformação da propriedade privada em propriedade social, se erradicarão as fontes da pobreza, da miséria e de toda sorte de violência. Na luta por esse programa, a classe operária e demais explorados terão de se unir contra o governo militarista, ditatorial e fascizante de Bolsonaro.

Cresce a violência no Campo em 2018

No dia 11 de abril, a Comissão Pastoral pela Terra publicou o relatório sobre os *Conflitos no Campo em 2018*. Os dados publicados são referentes ao ano de 2018, e dão mostras do crescimento da violência no campo, em relação a 2017.

A violência no campo recai sobre, sobretudo, sobre os camponeses despossuídos de terras, indígenas e pequenas comunidades, que estão em terras de ocupação tradicional. O crescimento dessa violência é característico da ofensiva do agronegócio e atividades mineradoras, que tende a se aprofundar.

Cerca de 960 mil é número de pessoas envolvidas em casos de

violência no campo. Cerca de 39% mais do que o registrado em 2017, onde 708 mil pessoas estavam envolvidas em conflitos dessa característica. Também estarrecedor o fato de que 49% desses conflitos se deram na Amazônia.

O número de conflitos pela água bateu recorde em 2018, eles atingiram cerca de 368.465 pessoas, mais que o dobro de pessoas no ano anterior. 276 casos foram notificados envolvendo 73 mil famílias. As mineradoras estiveram envolvidas em 139 casos de conflitos pela água.

28 pessoas foram assassinadas nos conflitos no campo. O perfil

das vítimas são assentados, sem-terra, trabalhadores rurais e, em sua maioria, lideranças do movimentos pela terra, indígenas e quilombolas. Cerca de 16 das 28 vítimas são do Pará. Em 2017, cerca de 71 assassinatos foram registrados. Outras 165 pessoas estão ameaçadas de morte, em sua maioria, lideranças indígenas e posseiros.

A ofensiva do capitalismo em decomposição também é presente nos despejos e expulsões. O Estado foi responsável pelo despejo de cerca de 11.235 famílias. Enquanto o capital privado expulsou outras 2.307 famílias, cerca de 59% maior que 2017, sobre esse índice.

O relatório publicado pela Comissão Pastoral da Terra expõe o crescimento da violência no campo e suas tendências. Apesar da diminuição de assassinatos por um lado, por outro, cresce o

BOLSONARO CUMPRE A DECISÃO DO CORONEL USTRA E DE OUTROS MILITARES

O governo atende uma antiga exigência dos militares: colocar fim às investigações sobre assassinatos e torturas cometidos pela ditadura militar. Publicou um decreto, abrangente, pondo fim aos conselhos e comissões. A extensão do decreto atinge o Grupo de Trabalho de Perus, vinculado à Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, que, desde 2014, fazia a identificação das ossadas encontradas no cemitério de Perus. O decreto também atinge o Grupo de Trabalho do Araguaia.

Não é de agora que Bolsonaro se manifesta contra tais investigações. Lembremos que, quando era deputado, sempre criticou as buscas pelos desaparecidos e assassinatos praticados nos 21 anos de regime militar. A expressão “quem procura osso é cachorro” confirma o reacionarismo do ex-capitão do exército e presidente da República.

Desde 1990, quando se descobriu a vala comum no Cemitério de Perus, as investigações têm sido morosas. Somente nos últimos anos do governo do PT, é que se criou o Grupo de Trabalho, in-

Notas Nacionais

número de conflitos e suas diversas categorias, que nos dão mostras da barbárie instalada no campo. Corresponde ela aos interesses do agronegócio e atividades mineradoras. Com sua tendência a ser intensificada na Amazônia, região que experimenta maior ofensiva em todo o Brasil, e na mira do governo Bolsonaro e do imperialismo.

Os conflitos só podem ser resolvidos definitivamente pelo proletariado e o fim do capitalismo, sob a bandeira de revolução socialista, com expropriação do latifúndio e mineradoras. Para os explorados, é necessário levantar a bandeira contra as reformas antinacionais e antipopulares do governo, contra a reforma da Previdência e pela independência de classe. Somente com a luta dos explorados, a barbárie no campo pode ser cessada.

tegrado ao Ministério da Mulher e dos Direitos Humanos. Parte das amostras ósseas foi enviada para laboratórios internacionais, especializados em averiguação de DNA. Descobriu-se, recentemente, a identificação do militante do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), Dimas Casemiro, e de Aluísio Palhano, da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), ambos assassinados por ordem do amigo de Bolsonaro, o coronel Carlos Alberto Ustra. Das 1.047 caixas com as ossadas de Perus, somente uma parte foi encaminhada a esses institutos especializados. Cerca de 30% sequer foi analisada pelo Grupo de Trabalho.

Bolsonaro cumpre assim a exigência dos militares torturadores e criminosos. Quer apagar da história do Brasil o longo período da ditadura militar, dizendo que nunca houve golpe militar. E cessar as investigações que criminalizam os militares pelas mortes e desaparecimentos de centenas de militantes e simpatizantes de partidos de esquerda, que lutaram contra o regime autoritário imposto em 1964.

“Vamos sem Medo”: Ato de Boulos na UFPE

No dia 11 de abril, o ex-candidato à presidência pelo PSOL, Guilherme Boulos, esteve presente para uma atividade-debate no CCSA-UFPE. Com o chamado “organizar a luta contra Bolsonaro e a Reforma da Previdência”, essa atividade percorreu o nordeste. A ex-candidata ao governo de Pernambuco, Dani Portela (PSOL) abriu o evento junto à mesa de demais professores da universidade. Com auditório lotado, cerca de 300 pessoas estiveram presentes.

A fala de Boulos foi de críticas à agenda ultraliberal do governo Bolsonaro, se colocando pela defesa da soberania nacional contra a desnacionalização de terras e privatizações estatais, contra o avanço de ataques a minorias e contra a Reforma da

Previdência. Declarando necessário acirrar a luta nas ruas com manifestações, porém, a tática indicada é de a defesa das liberdades esteja junto aos âmbitos jurídicos e parlamentares, a exemplo do mandato coletivo das JUNTAS-PE, que ocupa a comissão de direitos humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE). E encerrou sua fala convocando a juventude a se engajar na vida política e divulgou a agenda de atividades puxadas pelo PSOL.

Diante de tantos ataques do governo, o PSOL sustenta a ilusão parlamentar. Com sua política reformista, não aponta que a única saída para barrar a reforma da previdência, enfrentar o estado policial-militar de Bolsonaro e não sermos esmagados

com o aumento da miséria e da opressão será com os métodos próprios da classe operária. Não é possível resolver nossos problemas no antro da burguesia. O parlamento só serve para atender aos interesses burgueses, e esses vão de encontro ao aumento da opressão, as já aprovadas: reforma trabalhista, reforma do ensino médio e a PEC, que congela por 20 anos os gastos. É necessário enfrentar o governo Bolsonaro e seus ataques com independência de classe, convocando os oprimidos às ruas, com manifestações massivas. Está na ordem do dia a construção dos comitês nos locais de trabalho, bairros e escolas, organização da greve geral contra a reforma da previdência.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

Água contaminada em bairros de Recife e Grande Recife

Há mais de um mês, as pessoas de Recife e Camaragibe reclamam da cor da água que sai das torneiras. A Compesa afirma que isso ocorre pelo excesso de manganês e ferro, porém, que as pessoas não precisam se preocupar, pois, só se afeta a coloração, mas está própria para o consumo. Manganês, quando ingerido em excesso, é tóxico ao organismo, podendo causar rigidez muscular, tremores nas mãos e fraqueza, associados à doença de Parkinson, uma doença degenerativa. E mesmo assim, a Compesa afirma que a população não precisa se preocupar.

O abastecimento de água já é um problema frequente nos bairros pobres. Mas, agora, quando a água chega, está suja! E se tem de tomar, cozinhar, lavar louças e roupas com essa água. E os governantes, que tanto pregaram pela saúde do povo durante as eleições no ano passado, se fazem de mortos agora, e não dão nenhum posicionamento.

A maior parte da água está nas mãos da produção capitalista, industrial e agropecuária. Para garantir seus lucros, não se incomodam se estão contaminando o meio ambiente, a água, e conse-

quentemente as pessoas. Como os moradores dizem: “Os problemas da água não resolvem, mas as contas mandam em dia.” A contaminação da água mostra o quanto o Estado burguês e suas instituições não servem para resolver nossos problemas, e não estão nem aí para as condições mínimas de vida da maioria oprimida. No capitalismo, água é mais uma mercadoria, melhor oferecida para os exploradores, e o que sobrar dela vai para os explorados. A contaminação pode trazer problemas sérios à saúde, que não serão cobertos, nem pela Compesa, nem pela prefeitura, nem pelos governos do Estado e Federal. Os explorados devem organizar-se em seus bairros, e exigir a solução imediata. A pressão só será efetiva utilizando os métodos próprios da classe operária, com manifestações de rua e bloqueio de avenidas. O problema da água escancara a necessidade de derrubarmos o capitalismo apodrecido, que não é capaz de nos propiciar nem água potável. A estratégia independente da classe operária é lutar pelo controle operário da produção, contra o domínio da minoria burguesa. Abaixo a exploração capitalista! Pela vida dos oprimidos!

Notas educação

OFENSIVA DIREITISTA E OBSCURANTISTA SOBRE A EDUCAÇÃO PÚBLICA

O governo Doria e sua base aliada na Assembleia Legislativa criaram uma CPI contra as universidades públicas. Foram claros em dizer que se trata de uma investigação sobre o “aparelhamento de esquerda” das universidades públicas, e “gastos excessivos com professores e funcionários”. O centro da investigação recai sobre a USP, Unesp e Unicamp.

A CPI, anunciada em Diário Oficial, é encabeçada pelo deputado Wellington Moura (PRB, vinculado à igreja evangélica). Eis suas justificativas: “*vamos analisar como as questões ideológicas estão implicando no orçamento. Eu percebo um predomínio da esquerda nas universidades. Infelizmente, muitos professores levam mais o tema ideológico do que o temário em sala de aula*”. Esse argumento direitista foi completado pela representante do PSDB, Carla Morando, “*é público, notório e amplamente divulgado pela imprensa que as universidades públicas são dominadas pela esquerda*”. Portanto, uma evidente investida ideológica, imposta por Bolsonaro/Doria e o ministério da Educação. Lembremos que o novo ministro da Educação, Abraham Weintraub, reverbera a quatro cantos de que é “*preciso vencer o marxismo cultural das universidades*”.

A CPI objetiva, fundamentalmente, pôr fim à escolha de reitores por meio de lista tríplice, acabar com a suposta autonomia para gerir os recursos financeiros, abre caminho para demitir professores e funcionários, tidos como de esquerda, e cobrar mensalidades dos estudantes.

É sabido que as universidades públicas estão sucateadas, faltam professores, funcionários e condições de trabalho e estudo. O ensino é repetitivo, memorístico, segmentado, decorativo, sem ligação com a vida real, e a pesquisa, na maior parte das vezes, não passa de mera repetição do que já se fez. É sabido que não há autonomia nas universidades, quem controla financeira e politicamente é a camarilha de reitores escolhida pelo governador. No entanto, até essa pseudo autonomia está sendo questionada pelos governos direitistas.

Não há outro meio de derrotar mais essa intervenção nas universidades, a não ser organizando a luta. Para isso, é fundamental a convocação de assembleias conjuntas de professores, estudantes e funcionários, para aprovar as ações de resistência unitária das universidades contra mais essa investida dos bolsonaristas e doristas.

Prisão de professora do IFG: Abaixo o Estado policial-militar!

No dia 15/04, a professora do IFG (Instituto Federal de Goiás), Camila de Souza Marques Silva, foi detida por intervir contra a repressão aos estudantes no interior da instituição. Isso aconteceu no campus Águas Lindas, onde policiais civis entraram em sala de aula para abordar os alunos, a professora filmou e questionou a ação da polícia, e acabou sendo detida, sem poder acionar de imediato o advogado.

Camila justificou a filmagem pelo histórico de violência no bairro por parte da polícia. A professora sofreu a violência do Estado por se colocar contra a violência à juventude. Camila também é dirigente do Sinasefe, sindicato dos servidores federais, sua prisão é parte de um crescente estado policial militar, que quer calar cada vez mais àqueles que se levantam. Esse caso não se dá de forma isolada; recentemente, em Guarulhos,

estudantes foram agredidos por policiais no interior da escola. Essa repressão ocorre por convívio da direção das escolas, que utilizam casos como o da tragédia em Suzano para aumentar a violência sobre a juventude.

A prisão de lutadores é parte da política ultradireitista e fascizante, que avança na destruição dos direitos trabalhistas. A burguesia reconhece que, com aumento da miséria, alto índice de desemprego e ataque aos direitos sociais, os oprimidos se levantam; por isso, fortalece todo o seu aparato repressivo, ao ponto de passar por cima da própria democracia burguesa. É preciso retomar o caminho da luta, organizar os comitês locais, regionais e nacional, em defesa dos direitos que estão sendo arrancados, dentre eles o de se manifestar e se organizar. Abaixo o Estado policial-militar de Bolsonaro!

Mais um reacionário no comando do Ministério da Educação

Em poucos meses, Ricardo Veléz foi substituído por Abraham Weintraub. Dois ministros direitistas, obscurantistas e privatistas. Bolsonaro alegou que Veléz não foi capaz de seguir a orientação do governo. E que a escolha de Weintraub permitiria tirar o MEC da paralisia. Apesar dos ministros serem ligados às igrejas neopentecostais, a substituição visa tão somente a dar maior celeridade à reforma do ensino médio, à implantação das escolas militares, à imposição do “civismo”, ao ensino domiciliar, etc.

Em pouco mais de três meses de governo, o plano educacional do governo Bolsonaro é de que os livros de história precisam ser revisados, porque não houve golpe militar em 1964. Que o professor precisa andar armado para enfrentar os estudantes (considerados violentos). Que a escola tem de ser militarizada, tanto no seu currículo quanto na disciplina (aulas de moral e cívica, hasteamento diário da bandeira, canto do hino nacional, estudantes de uniforme “apropriado” e cabelos cortados, e não contar com aulas de educação sexual. Esse plano une Veléz, Abraham e Olavo de

Carvalho. Portanto, um governo e um ministério que expressam o nacionalismo fascitizante e o obscurantismo religioso.

Os setores da burguesia e das academias que questionam esse plano bolsonarista se apegam à defesa das reformas que vinham sendo feitas, a exemplo da Reforma do Ensino Médio e da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Têm, assim, críticas pontuais a tais reformas, que foram gestadas desde o governo do PT, e concluídas com a ditadura civil de Temer. O que significa dizer que são favoráveis à essência das reformas, que é a de avanço da privatização e da terceirização na educação básica.

Ao contrário do plano de Bolsonaro e da defesa das reformas educacionais, os trabalhadores da educação e os estudantes têm suas reivindicações em favor da educação pública. Partem da luta pela autonomia do ensino, que deve ser controlado unicamente por quem estuda e trabalha, pela escola laica, científica, e pela defesa de um único sistema de ensino (expropriação da rede privada e estatização, sem indenização).

■ Não ao ensino domiciliar

O governo obscurantista de Bolsonaro se tem dedicado ao controle reacionário e ao ataque à educação. O projeto de ensino domiciliar vai às últimas consequências na subordinação da educação à religião. A hipócrita noção de “*plena liberdade de opção dos pais*” decidirem entre “*a educação escolar e a domiciliar*” é uma máscara, que oculta a intervenção das igrejas, principalmente as evangélicas. O capitalismo, na sua fase progressiva, abriu caminho para a educação social. Para isso, criou a escola pública. Não poderia desenvolvê-la, porque é uma sociedade de classes. O ensino e a educação, como fator civilizatório determinado pelas necessidades de desenvolvimento das forças produtivas, sob as condições da propriedade privada dos meios de produção e da exploração do trabalho, não poderiam asse-

gurar a unidade entre o trabalho manual e intelectual, entre a prática e a teoria. O capitalismo, em sua fase imperialista de decomposição, degenerou e vem degenerando o processo social da educação. Recompôs o poder da religião sobre a educação. A disputa entre católicos e evangélicos impulsiona esse controle.

O projeto de Bolsonaro vai, assim, às últimas consequências no processo de destruição do ensino social e da própria escola. É necessário pôr em pé um grande movimento, que chame a atenção da classe operária para a necessidade de defender a escola. Em resposta ao projeto bolsonarista de ensino domiciliar, coloca-se a luta pela estatização de todo o ensino, expropriando o ensino privado, e separando completamente a religião do ensino.

SEGUEM EM MARCHA OS PLANOS DO GOVERNO DE MILITARIZAR A EDUCAÇÃO E AS ESCOLAS

Nos últimos números do Jornal Massas, temos mostrado a acelerada marcha de militarização da educação no governo Bolsonaro. Muitos governadores têm seguido esse caminho e implementado projetos que ampliam esta militarização. Nestes últimos dias, dois casos ganham destaque nesse sentido: a contratação de militares reformados para cuidar das escolas do Rio de Janeiro, e a escolha de um delegado como responsável pelo Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM.

O caminho da militarização da educação, em geral, e das escolas, em particular, segue três direções principais: o aumento de militares em pastas importantes do MEC e das secretarias de educação; a implementação de escolas militarizadas, com gestão compartilhada; e o crescimento da violência direta dentro das escolas. Nos últimos meses, vimos essas três direções serem reforçadas.

Ainda sob a direção de Ricardo Vélez Rodríguez, e sob o pretexto da violência na escola Raul Brasil, em Suzano, o MEC fez uma série de reuniões com governadores e secretarias de educação, liberou verbas, e preparou o caminho para entrada da polícia nas escolas. Vimos também diversos casos de violência policial dentro das unidades escolares, como na EE Frederico Brotero, em Guarulhos,

com a PM reprimindo violentamente os estudantes em protesto.

Veléz foi exonerado e, no seu lugar, foi colocado Abraham Weintraub, um olavista e serviçal do capital financeiro, professor universitário que defende, entre outras coisas, que a juventude não se interesse por política, e braveja contra comunistas que, segundo ele, estão no topo das grandes empresas e dos monopólios.

O importante das nomeações dos ministros é quem eles carregam consigo. No caso Weintraub, mais importante do que seus delírios discursivos sobre comunistas, foi o fato dele ter recebido carta branca de Bolsonaro para nomear o alto escalão do MEC, e fez isso no dia que tomou posse. Lançou primeiro 5 nomes: Antonio Paulo Vogel de Medeiros, Rodrigo Cota, Arnaldo Barbosa de Lima Junior, Janio Carlos Endo Macedo, Ariosto Antunes Culau, todos eles com formação inicial em economia, direito ou administração, e larga experiência no setor financeiro. Essas nomeações reforçam o caráter privatista do MEC nesta próxima etapa. Reforçam também que a função da educação no capitalismo é dar lucro para os financistas e, por isso, uma equipe que vai atacar esse flanco com mais força.

Mas, o governo não abandonou a tendência militarista e, dias depois, nomeou para um dos cargos mais importantes do minis-

tério o delegado Elmer Coelho Vicenzi, para coordenar o ENEM e o SAEB (sistema de avaliação da educação básica). A prova do Enem, que já vinha recebendo críticas dos bolsonaristas por ser “ideológica demais”, agora terá um delegado na coordenação. Mas, nenhuma confirmação de que vá acontecer de fato, ainda que já se tenha acordado com a gráfica Valid para fazer o exame deste ano, ficando os demais em aberto.

Militarização das escolas do RJ

Outro caso que merece destaque aconteceu no último dia 17, quando o governador, Wilson Witzel, deu um passo enorme na militarização das escolas públicas do RJ. Lançou o programa “Cuidar”, onde serão contratados mil policiais reformados, para atuarem nas escolas como inspetores de alunos.

Além do nome completamente hipócrita do programa, que coloca o braço armado do estado e o monopólio da violência dentro das escolas, para “cuidar” dos alunos, o projeto mostra que a militarização da educação que temos mostrado nos jornais anteriores está em ritmo acelerado.

O Rio de Janeiro sintetiza a decomposição do capitalismo. A barbárie social, a miséria e a violência são evidentes. O estado encontra-se praticamente falido, com servidores estaduais e de várias cidades convivendo com atrasos nos pagamentos. Reféns das milícias e da polícia, os moradores dos morros e periferias sofrem cada vez mais com a barbárie. A intervenção militar de Temer nesse estado indicou o grau de degenerescência política e social. Em 2018, a vitória, nas eleições, do aventureiro Witzel para o governo reforçou a tese da decomposição social que se implantou no estado. Membro do PSC, ele seguiu a cartilha de Bolsonaro, e ele-

A polícia não serve para mediar absolutamente nada. É ela mesma que promove a violência e a matança nos morros e favelas. Os alunos sabem bem disso e devem rechaçar esse projeto.

geu o discurso militarista e fascistizante para chegar ao Palácio da Guanabara. Agora estende o discurso militarista para as escolas, usando o caso de Suzano/SP como mote.

O custo do programa Cuidar será de R\$ 40 milhões, e está prevista a contratação de profissionais das forças armadas, mulheres com especialidade em vigilância, policiais militares e civis, bombeiros e agentes penitenciários, reformados ou aposentados. A função desses agentes será ficar na portaria das escolas, impedindo que estudantes entrem armados, fazer rondas pelo entorno da escola, e ficar dentro da escola como inspetor de alunos, ajudando na “mediação de conflitos”.

Sabemos que a polícia não serve para mediar absolutamente nada. É ela mesmo que promove a violência e a matança nos morros e favelas. Os alunos sabem bem disso e devem rechaçar esse projeto.

Mais uma vez, o POR chama a atenção para o problema da militarização, de conjunto, ou seja, não como exemplos isolados, mas como uma tendência nacional, que se manifesta nas mais diferentes formas. Sendo assim, a resposta dos explorados também precisa ser de conjunto. Os professores, através dos sindicatos, devem denunciar e recusar a militarização. A greve nacional da educação começa a ganhar contornos, e precisa ser impulsionada com as bandeiras de “abaixo a reforma da Previdência” e “contra a militarização das escolas”.

Os estudantes devem fortalecer os grêmios livres, independentes das direções e dos governos. Devem convocar o conjunto dos estudantes para combater, com os professores, o avanço da militarização. Devem preparar um movimento nacional de resistência, com ação direta e os métodos próprios da classe operária, mobilizações massivas de rua, piquetes e ocupação!

Municipais São Paulo / Primeira reunião de representantes e conselheiros do SINPEEM após a greve

No dia 25 de Abril, os representantes eleitos em cada unidade escolar participam da primeira reunião de representantes (RE) do SINPEEM, após os 33 dias de greve do funcionalismo público municipal, convocada com a pauta principal de balanço da greve. E, no dia seguinte, 26/10, ocorre a reunião do Conselho Geral, que teria a função de deliberar acerca dos encaminhamentos aprovados no RE.

Contudo, a burocracia do SINPEEM, depois de ter enterrado a greve juntamente com os burocratas das demais entidades sindicais, anulou o balanço da greve na reunião de RE convidando dois palestrantes para explicar o conteúdo da reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes. A palestra e os informes tomaram praticamente todo o tempo da reunião, abrindo para o debate apenas quando o plenário já estava completamente esvaziado. Esse cerceamento do debate na reunião de RE ocorre porque a burocracia teme perder o controle do debate, diante de mais de dois mil representantes de base das escolas.

A burocracia já havia previsto a participação do SINPEEM na mobilização convocada pelas centrais sindicais para o 1º de maio e a participação da categoria na greve geral da educação, convocada pela CNTE para o dia 15 de maio. No entanto, defendemos que, no dia 15 de maio, além de participar do ato unificado, convocado pela CNTE, fosse realizada uma assembleia da categoria para deliberar a respeito da campanha salarial e dos rumos da luta contra a reforma da Previdência.

Claúdio Fonseca/PPS, presidente do SINPEEM, ignorou comple-

tamente a proposta e encerrou a reunião sem encaminhar a votação desta, e de outras propostas defendidas pelos setores de oposição.

Na reunião do Conselho Geral de 26/10, onde a maioria dos conselheiros são ligados a direção majoritária, o debate sobre o balanço da greve foi aberto e, a cada divergência colocada pelos setores de oposição, a burocracia sindical inscrevia um de seus conselheiros para atacar de forma despolitizada, inclusive com calúnias, os militantes das diversas correntes de oposição.

Diante desse quadro, a decisão sobre a realização da assembleia foi colocada novamente pela Corrente Proletária na Educação, bem como por outras correntes oposicionistas. E, mais uma vez, Cláudio Fonseca conduziu de forma antidemocrática a proposta de assembleia, alegando que convocar uma assembleia da categoria em um dia nacional de luta comprometeria a unidade com os demais sindicatos na construção da greve geral da Educação. Novamente encerrou a reunião, sem colocar as propostas em votação.

Portanto, fica clara a intenção da burocracia sindical em conter a luta dos trabalhadores contra a reforma da Previdência, assim como a luta em torno da campanha salarial. Na verdade, a burocracia do SINPEEM faz coro com o imobilismo das centrais sindicais, que aposta na pressão parlamentar para conseguir fazer modificações no projeto de reforma da Previdência. Como não haverá mais nenhuma instância deliberativa do sindicato até o fim da data base, que é Maio, ficarão exclusivamente nas mãos da burocracia sindical as negociações sobre a questão salarial e demais reivindicações.

Rondônia

Manobras da burocracia sindical inviabilizam a manifestação de rua

O 26 de abril não foi convocado pelos burocratas do Sintero como de manifestação de rua. Em Rolim de Moura, usaram o artifício de convencer a base a votar contra a manifestação. Teatralizaram o momento, rodearam as paredes de faixas, e posicionaram o carro de som em frente à entidade. Tentaram mostrar que estavam prontos para sair às ruas. No entanto, conduziu para que houvesse uma votação em torno de realizar as intervenções entre as quatro paredes.

A Corrente Proletária da Educação/POR votou e defendeu a manifestação de rua e a unidade na luta em defesa da educação pública, e contra a reforma da Previdência. Criticou os cartazes que indicavam apenas a paralisação estadual, sem enfatizar que é preciso uma campanha nacional e preparação da greve geral. Mostrou que o ato deveria ser unitário de trabalhadores da educação estadual, municipal e federal, nas ruas, para ser o ponto de partida para a greve geral. A divisão resulta em fragilização do movimento, que necessita ser poderoso. Ressaltou que não há como combater os ataques dos governos com atos isolados e silenciosos entre quatro paredes. Distribuiu um manifesto em que é preciso superar o corporativismo e a paralisação isolada, porque isso acaba favorecendo o patrão e governos.

Os governos, sejam de qualquer sigla partidária, têm conseguido impor intensa exploração sobre os trabalhadores em educação, porque as direções sindicais não levantaram e não levantam um duro combate contra a farsa do plano de carreira, gratificações temporárias, a política de bônus, etc. Os planos de reposição salarial nunca cobrem as perdas. Por isso, atualmente, o valor da hora-aula para o professor se encontra muito defasado. O retrato dessa política está nas condições precárias de trabalho, na não reposição das perdas salariais, dentre outras. Não por acaso, a precarização das condições de trabalho tem provocado inúmeras doenças ocupacionais, e o crescimento do número de professores que necessitam de licenças médicas, e que morrem precocemente, inclusive nos postos de trabalho. O direito à aposentadoria está

cada vez mais distante. A cada reforma da Previdência, mais obstáculos são criados para impedir a aposentadoria do servidor, e cortar seus direitos.

A necessidade da unidade de toda classe explorada está na ordem do dia para derrotar a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes. É necessário que esta paralisação se coloque por derrubar a reforma da Previdência, trabalhista e a terceirização de Temer. É preciso sair do discurso e partir para a organização da greve geral no País inteiro, para quebrar esse governo direitista de Bolsonaro.

Dizemos que é preciso retomar os métodos de luta próprios dos explorados para enfrentar o governo. Não haverá reposição salarial, não haverá garantia de direitos e não haverá melhoria nas condições de trabalho, se não houver luta coletiva dos trabalhadores em educação. As reformas antipopulares dos governos somente serão derrubadas por meio da unidade de todos os trabalhadores e pela luta nacional.

O caminho é o da luta nas ruas. É preciso preparar a greve da educação e exigir que a CNTE deixe de fazer corpo-mole e se coloque por organizar o movimento nacional dos trabalhadores da educação. O Andes poderia ter se colocado nesta unidade e as centrais sindicais terem chamado as demais categorias para fortalecer a defesa da escola pública em todos os níveis.

A Corrente Proletária na Educação chama a atenção para não submeter o movimento ao calendário de votação parlamentar local e no Congresso Nacional. Defendeu a organização de um 1º de maio unificado e de luta, que levante a bandeira de fim do capitalismo, fim da exploração de uma minoria sobre a maioria da população. E em defesa do socialismo. Que as centrais e sindicatos convoquem a greve geral, que indique que os trabalhadores cerrem os punhos em favor da greve geral, organizada por meio das assembleias fabris e outros locais de trabalho, e a constituir os comitês de luta nos bairros operários. Esse é o método próprio dos explorados para impor derrota aos capitalistas e seu governo.

NO PARANÁ, OS SERVIDORES PÚBLICOS SÓ TÊM UMA OPÇÃO: ENFRENTAR O GOVERNO!

Maio é o mês da data-base dos servidores públicos do Paraná que, desde 2016, não têm a reposição salarial devida, totalizando até agora 17% de perdas acumuladas. No cálculo feito pelo Fórum das Entidades Sindicais do Funcionalismo (FES), isso significa que, a cada ano, os servidores perdem 2 meses de salários!

Em 2016, o governo Beto Richa (PSDB) fez aprovar, pela obediente malta de deputados de sua base, uma Lei que estabelecia o calote, contrariando o dispositivo constitucional que prescreve a revisão anual de vencimentos e, numa clara demonstração do papel da assembleia legislativa (deputados estaduais), como parte do mesmo estado a serviço do capital contra os trabalhadores. Desde aquela época, os sin-

dicatos do FES têm esperado em vão a reversão judicial dessa lei e, se depender do judiciário, haverão de esperar por muito tempo mais...

Quando se iniciou o governo de Ratinho Jr. (PSD), membros do FES manifestaram suas ilusões de que este haveria de tratar da reposição de modo diferente, pois, no ano passado, quando se debateu na Assembleia Legislativa a data-base, ele foi favorável a conceder uma reposição parcial do percentual devido. Por isso, desde o início do ano, tentaram “negociar” com um governo que não negocia nada. Pior, que já anunciou que não haverá nenhuma reposição, nem concurso, nem contratação, nada.

Agora, que se completam quatro anos do massacre do cen-

tro cívico de Curitiba, o FES chama uma paralisação para o dia 29 de abril, em todo o Estado, com manifestações frente ao Palácio Iguaçu. Poderá ser o início de uma mobilização crescente do funcionalismo para arrancar do governo a reposição salarial, e bloquear os diversos outros ataques aos servidores, ou poderá se limitar a uma limitada manobra para “abrir negociações” intermináveis e restritas àquilo que o governo estiver disposto a ceder.

O governo de Ratinho Jr. está abertamente alinhado ao do Bolsonaro e tem todo o interesse no conjunto de mudanças que este promete, na esteira da reforma da Previdência: extensão aos estados das novas regras da Previdência; eliminação dos

percentuais obrigatórios para saúde e educação, liberando o orçamento para os governadores disporem dos recursos em favor do capital; crescente militarização e restrições à atividade sindical, etc. Quer dizer, não há motivos para se alimentarem ilusões de que seja um governo que voluntariamente atenda às reivindicações do funcionalismo, muito pelo contrário.

Ao funcionalismo estadual, só resta um caminho: se preparar para o combate e avançar na sua organização unificada, superando as divisões burocráticas e corporativistas. O dia 29 de abril deve marcar o início de uma retomada das lutas contra o governo de Ratinho, pela reposição salarial, contra a reforma da Previdência e contra a entrega do país ao imperialismo.

UECE

Balanço das eleições do Centro Acadêmico de Filosofia (CAFIL)

Entre os dias 10 e 15 de abril, realizaram-se as eleições para o Centro Acadêmico de Filosofia (CAFIL). No processo, estavam disputando duas chapas: A chapa 1 (Sem Mordada), encabeçada por PSOL, PCB E AFRONTE, e a chapa 2 (Ventos da Mudança), composta pelo Levante Popular da Juventude (LPJ) e independentes. A Chapa 1 venceu com 124 votos contra 75 da Chapa 2, e 8 votos nulos.

As chapas tinham um programa extremamente rebaixado e superficial, dando mais ênfase às pautas identitárias, e secundarizando as pautas econômicas, como permanência estudantil e aumento de bolsas, que são de importância crucial na vida e condições dos estudantes, que, muitas vezes, mal têm dinheiro para se locomover até a universidade. Em um dos debates, uma aluna fez uma fala sobre o processo de sucateamento

da universidade pública, e as pressões para que a mesma se autofinancie por meio de taxaões no vestibular e RU, e sobre uma denúncia que foi feita no ENE (Encontro Nacional de Educação), por uma coordenadora, de que estavam sendo sorteados os alunos sem renda que receberiam bolsa. Perguntou qual era a posição de ambas as chapas. As chapas admitiram tais afirmações, com certo constrangimento, e abstratamente disseram que era preciso lutar contra isso, embora não dissessem como.

A Corrente Proletária Estudantil (CPE) não pode participar do processo, por duas razões: 1) O processo para inscrição de chapas foi muito curto – apenas dois dias – e, por conta disso, não pudemos lançar uma chapa; 2) Apesar de termos sido convidados por ambas as chapas, o programa empobrecido delas nos

impossibilitou de compor com as duas.

Nós, da CPE, ressaltamos a importância de reconstruir o movimento estudantil, por meio das assembleias gerais, de curso, etc. Que, nas assembleias, se discutam todos os problemas estruturais e econômicos comuns aos campi da UECE, e se aprove uma pauta/programa comum que sirva para uma luta em defesa da Universidade pública, há muito sucateada pelas políticas ditadas pela burguesia e seus governos.

- Em defesa da Universidade Pública, única, laica, gratuita, e sob controle de quem estuda e trabalha;
- Fim do vestibular/ENEM! Livre acesso a Universidade!
- Estatização da rede privada de ensino!
- Pela ampliação das bolsas e permanência estudantil. Que as bolsas sejam equiparadas ao salário mínimo.

Grêmios do IFSP debate a reforma da Previdência

No último dia 15, o grêmio do IFSP chamou um debate sobre a reforma da Previdência, no campus São Paulo. Na mesa, estavam representados a UJR e o PSTU. No plenário, compareceram aproximadamente 50 estudantes secundaristas, cerca de 10 estudantes universitários, e dois professores.

Devido ao público, que tinha pouco conhecimento dos detalhes da reforma de Bolsonaro/Guedes, o debate teve um caráter mais informativo. Mas, alguns pontos políticos foram importantes para o desenvolvimento do debate. O PSTU e a UJR divergiram em relação à caracterização da deposição da ex-presidente Dilma Rousseff. O primeiro, dizendo que não houve um golpe no Brasil e, o segundo, afirmando que houve.

Quando o microfone foi aberto para intervenções, o POR interveio convocando os estudantes para o 1º de Maio

unificado. Fez o chamado pela construção da greve geral, e alertou para os desvios das burocracias sindicais e direções estudantis, que estão levando a luta para as disputas interburguesas parlamentares. Apontou dois sintomas principais desses desvios: 1) a submissão às manobras no Congresso Nacional e ao calendário de votação; 2) o abaixo-assinado. O primeiro caso, atrela a luta nas ruas ao calendário parlamentar, através do famoso “se botar para votar o Brasil vai parar”. Mostrou o erro dessa tática, pois, coloca os explorados a reboque do calendário no Congresso Nacional. No segundo caso, o abaixo-assinado mantém os explorados na passividade, e não serve para impulsionar a luta. O POR finalizou dizendo que a reforma da Previdência pode ser derrubada, mas nas ruas, com a greve geral e os métodos próprios da classe operária.

Nesta edição:

- **Argentina:** XIV Congresso do POR da Argentina.
- 10 anos do falecimento de Guillermo Lora.
- **Bolivia:** Politiqueiros da burguesia, laia do imperialismo.
- **França:** Macron retoma a ofensiva contra as massas.
- **Israel:** A reeleição de Nentanyahu abre uma etapa de violentas convulsões regionais.
- **Sudão:** Golpe de Estado no Sudão.

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

XIV Congresso do POR da Argentina

Em Buenos Aires, entre os dias 19 e 20 de abril, reuniram-se os delegados do POR da Argentina, para debater documentos que guiarão a intervenção do partido para o próximo período, caracterizado pela tendência de agravamento da crise do regime e da irrupção radicalizada das massas em luta. A direção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional contribuiu com as discussões e formulações.

O Congresso foi marcado pela disciplina militante rígida e consciente, orientada a discutir e precisar a linha política e as formulações programáticas. Os delegados concentraram suas intervenções e discussões nos aspectos e teses centrais. Constata-se a elevação política dos quadros partidários, ao se dedicarem à compreensão dos fenômenos particulares da luta das massas e da crise política, em estreita relação com as tendências da luta de classes e o desenvolvimento do programa da revolução proletária.

Evidentemente, essa disciplina tem por marco a assimilação do programa. Observamos que a Resolução aprovada resultou da elaboração coletiva. O que alicerçou sua militância no método do centralismo democrático.

As correntes de esquerda centristas tendem cada vez mais a se adaptar à democracia parlamentar e se mostram incapazes de se contrapor às pressões eleitorais da burguesia sobre a classe operária e os demais explorados.

Estiveram presentes quadros sindicais (operários, jovens e professores), que se aproximaram do partido no último período, e que são referência classista. Não se trata de uma aproximação de simpatias pessoais ou de episódica convergência ao redor de políticas conjunturais e sindicais. Há um processo de assimilação programática e de organização dos camaradas. Não se trata de incorporações baseadas no oportunismo democratizante e no ecletismo teórico, tão próprio do revisionismo. Reflete, como assinalou o Congresso, o salto político do partido na regional Buenos Aires, e seu trabalho nos setores da vanguarda mais politizada.

Um ponto de destaque foi o aprimoramento das formulações e teses do Documento de Situação Política nacional. Teve especial relevância a discussão sobre a caracterização do governo Macri. Chegou-se à compreensão de que o governo, mesmo que eleito, se constituiu como uma ditadura civil. Isso pelas condições objetivas da desintegração do capitalismo, do recrudescimento da ofensiva da burguesia contra a vida das massas, do fracasso do kirchneirismo, da polarização das classes e da decomposição da democracia. Trata-se da manifestação particular das tendências ditatoriais e militarizantes da política burguesa mundial, em particular da América Latina. Nesse sentido, a formulação de que um governo,

apesar de eleito, possa assumir formas ditatoriais, desconhecendo o voto popular, permite definir a tática partidária.

Tal compressão vem da precisa caracterização da crise econômica e pela centralização das medidas políticas e econômicas impostas pelo imperialismo, de fora para dentro do país. O Congresso caracterizou a crise política como expressão da completa submissão do governo de Macri ao capital financeiro e do acirramento dos choques inter-burgueses. Os explorados sofrem com a ofensiva de destruição de suas condições de vida, o que vem potenciando a luta de classes. O Congresso destacou que está presente nas massas uma clara tendência a intervir com métodos e reivindicações cada vez mais radicalizadas. Eis por que a burocracia sindical está obrigada a refletir – embora deformadamente – essas tendências e, por momentos, se vê superada pelo ascenso das massas. O que torna mais visível a necessidade de pôr em pé o partido revolucionário e de superar a crise de direção.

O Congresso avaliou a importância de combater as forças políticas que atuam para desviar o descontentamento das massas para o campo eleitoral. As correntes de esquerda centristas tendem cada vez mais a se adaptar à democracia parlamentar e se mostram incapazes de se contrapor às pressões eleitorais da burguesia sobre a classe operária e os demais explorados.

O debate sobre a importância decisiva no cenário do país e de como intervir no seio do movimento das mulheres foi, segundo nossa compreensão, um ponto alto da discussão. A mobilização das massas femininas vem fortalecendo-se, ao ponto de se tornar uma referência na luta de classes da Argentina. O último embate em defesa do direito ao aborto projetou a luta das mulheres argentina por cima das fronteiras do País. O POR está mergulhado no movimento e sua militância se destaca pela das reivindicações que se chocam com a opressão capitalista e do Estado burguês. Está aí por que o Congresso teve a necessidade de caracterizar o conteúdo de classe do movimento e as forças políticas que influenciam em sua direção. As intervenções se voltaram a aprimorar os métodos e táticas mais adequadas para impulsionar a política revolucionária em seu seio. Houve a compreensão unânime que a importância do movimento das mulheres na Argentina advém de constituir um fator determinante da situação política. Analisou-se como, de fato, há a tendência do movimento de objetivamente entrar em choque com o regime político e suas instituições, assumindo posições e métodos mais radicalizados que em seu começo, há 30 anos. Em outros termos: projeta amplas camadas das mulheres exploradas a se chocar com o obscurantismo, o reacionarismo e os ataques da burguesia. O que exigia que o Congresso estabelecesse as medidas políticas,

organizativas e práticas para ajudar sua vanguarda a romper a influência do feminismo burguês e pequeno-burguês. A luta para que o movimento encarne o programa proletário de emancipação da mulher esteve no centro das discussões.

É necessário ressaltar que houve na seção argentina um grande avanço na tarefa de delimitar e separar a política marxista diante da opressão da mulher das formulações reformistas. O intenso debate, e as diferenças colocadas no Congresso refletem esse percurso. O essencial, entretanto, está em que a discussão refletiu o avanço do partido em intervir no movimento das mulheres e sua luta contra o oportunismo pequeno-burguês. Indica um salto qualitativo que prepara ao POR como expressão organizada da política proletária para acabar com todas as manifestações da opressão de classe.

Não ignoramos que esse debate ainda deve prosseguir no esclarecimento e na homogeneização em âmbito internacional. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI) está obrigado a elaborar uma linha de intervenção comum

que melhore a centralização da intervenção de suas seções. Não se deve desconhecer que o movimento de mulheres é desigual em seu desenvolvimento em cada país. E colocam tarefas e impõem métodos práticos adequados às particularidades nacionais. Portanto, trata-se de assimilar crítica e coletivamente as conquistas que cada seção realizou, e de estabelecer com toda precisão a linha política geral e delimitar as particularidades nas intervenções.

Consideramos necessário fazer uma referência à participação da direção do Comitê de Enlace. Houve melhor preparação dos documentos, o que possibilitou explicações e posicionamentos fundamentados, o que afastou considerações improvisadas. A participação da seção brasileira com uma análise crítica de alguns aspectos da Resolução, entre eles sobre a questão da mulher, mostrou-se acertada. Permitiu a discussão organizada e contribuiu para melhorar a precisão das formulações.

Viva o XIV Congresso do POR da Argentina!

Damos continuidade à campanha dos 10 anos de falecimento do camarada, dirigente do Partido Operário Revolucionário da Bolívia e construtor do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, Guillermo Lora.

Temos de ser os instrumentos conscientes das leis da história

Aprendamos da experiência: por que tem sido deficiente nossa atuação no último conflito?

Várias vezes, temos constatado que o bloqueio de ruas e de estradas, pelas massas radicalizadas, nos deixava na retaguarda, ou seja, passava à nossa frente, superando o que havíamos colocado.

Curiosamente, as organizações do partido revolucionário eram desorganizadas pelo impulso das forças motrizes da revolução. A explicação é que o partido permanecia estranho às massas, o que impedia que se transformasse em sua direção política. Isso quer dizer que fechávamos o caminho para a vitória.

Duas palavras para precisar em que consiste a direção política das massas:

Os militantes revolucionários, as células atuando no seio das massas, lado a lado com os explorados e oprimidos, têm de compreender, determinar, as modificações que têm lugar na situação política, devem expressar as ideias que precisam sair dos cérebros das massas em luta. Ouvindo os de baixo, poderemos nos apropriar do impulso instintivo, germe das correntes que as acabaram arrastando.

De maneira que os revolucionários têm a possibilidade de assinalar as grandes linhas do processo político no futuro.

O militante poderá realizar esse trabalho de maneira mecânica, inconsciente? Isso não ocorre. A tarefa será cumprida pelo revolucionário profissional, que maneja o método do materialismo histórico, que é um especialista da atividade de organizar, politizar e mobilizar as massas.

O fato, agora, do impulso das massas radicalizadas não ter dissolvido a organização partidária deve ser entendido como um passo adiante, mas muito pequeno, pois, não pôde evitar que as respostas revolucionárias não tivessem sido lançadas oportunamente, com a energia e contundência necessárias.

Parece que houve uma tímida aproximação do partido aos explorados e oprimidos, e nada mais. Não se ouviu a consigna, o discurso, com a capacidade suficiente de apropriar-se das multidões, de encaminhar a luta destas para o objetivo estratégico do proletariado.

Não se pode esquecer que a colocação no sentido das ideias revolucionárias têm de apossar-se das massas, para assim poder transformar-se em força material, isto quer dizer que é o militante revolucionário, atuando em células que vivem e se reproduzem no seio dos explorados e oprimidos, que leva o programa revolucionário (objetivo estratégico e tático), as ideias marxistas, para o seio das massas, com a finalidade de encarná-las nos cérebros dos oprimidos. Abrem-se esses cérebros na luta cotidiana, expressando politicamente o que é o impulso instintivo e a luta elementar.

O fundamental está em que, dessa maneira, se tem a possibilidade de ajustar a luta das massas com as leis da história, que já atuam por meio das ações instintivas. Dessa maneira, podem-se traçar as grandes linhas do processo político do dia de amanhã.

Tudo isso não é uma repetição mecânica de algumas conclusões do materialismo histórico, mas a aprendizagem da teoria marxista em contato direto, e com a ajuda dos que produzem e são parte fundamental das forças produtivas. Não se trata de que os militantes revolucionários pensem pelos operários, mas que aprendam marxismo juntamente com eles, expressando politicamente o conteúdo do instinto e da experiência dos trabalhadores.

Aqueles que assinalam o fundamental do que ocorrerá amanhã e ajudam a responder aos problemas que emergem da própria luta de classes, já são direção de seus companheiros de luta.

É preciso assinalar que o que estamos dizendo é, nada mais nada menos, que o processo de transformação das massas instintivas em classe consciente, política. O partido e seus militantes (agrupados em células vivas) ao atuarem sobre as massas para transformá-las, se transformam, amadurecem tanto política como organizativamente.

Cabe assinalar que o Partido Operário Revolucionário tem de preparar devidamente seus militantes para essa tarefa, por meio de suas células, que têm de viver, crescer, realizar-se, em meio aos oprimidos e explorados.

Uma advertência à parte:

Quando dizemos que os militantes revolucionários, graças ao

seu trabalho cotidiano no seio das massas, e à formação e politização dos trabalhadores, se transformam, quase que de maneira natural em dirigentes, realizando cotidianamente os mesmos trabalhos que o restante dos que lutam contra a opressão e a exploração, não estamos admitindo o caudilhismo, nem prestando culto à personalidade, aos piores vícios e perigos que, definitivamente, destroem a atividade revolucionária. O dirigente revolucionário é um a mais entre os oprimidos, e chega a orientar, a impulsionar, seus companheiros, pela capacidade que demonstra para assinalar com clareza os objetivos da luta e sua perspectiva.

O trabalho que se realiza em determinado setor dos explorados e oprimidos tem de ser assimilado criticamente pelas células, pelo partido e pelas próprias massas. Suas lições se incorporarão ao arsenal dos oprimidos para que, assim, possam potenciar a luta.

Outro aspecto de importância excepcional:

A forma de trabalho que estamos assinalando, cujo elemento fundamental é o bom uso do método do materialismo histórico, permite aos militantes, portanto ao POR, sentir e descobrir a temperatura, o ambiente e as correntes subterrâneas imperantes em meio às massas. Sem esse elemento, é muito difícil obter a vitória na atividade revolucionária.

Os requisitos para não separar a tática da estratégia

Tiremos a conclusão do que foi exposto acima. O militante que não descobre a temperatura reinante nas massas, que não é capaz de revelar as correntes subterrâneas que se agitam no seio delas, quase sempre se equivocará em assinalar a linha política a seguir e os métodos apropriados. É quase certo que cairá no aventureirismo se, desprendidamente, parte do pressuposto de que está em meio a uma situação explosiva, ou no derrotismo, se não tem em conta (ou não descubra) que as massas se radicalizam rapidamente. Em ambos os casos, o trabalho revolucionário será seriamente atingido.

Se se separa o objetivo estratégico (revolução e ditadura proletárias) da tática, que deve ser calibrada para que contribua à materialização da estratégia, se abandona a luta revolucionária e se cai no reformismo. Este fenômeno se dá com frequência impressionante.

É necessário assinalar com precisão o que é a finalidade estratégica. Não é o resultado de nenhuma especulação abstrata ou subjetiva, mas sim o resultado da análise da contradição fundamental que se dá na base estrutura econômica da sociedade, que determina a natureza e as particularidades dos fenômenos da superestrutura da sociedade.

A contradição fundamental na estrutura econômica é o choque entre as forças produtivas e as relações de produção, que, no plano social, é a luta de classes entre o proletariado e a burguesia. Marx conclui que esta luta conduz à ditadura do proletariado.

Sabemos que, agora, o fator econômico (desintegração do imperialismo) está super maduro para a revolução social, para sepultar a sociedade capitalista e substituí-la pela comunista, isso em escala mundial, isto é, que nos amadurecem desde fora para esta mudança qualitativa das relações de produção. Não em vão, somos parte integrante da economia mundial, apesar de nosso atraso (pouco desenvolvimento capitalista). Não podemos escapar do fato de que estamos vivendo, no plano internacional, o parto doloroso da nova sociedade.

A transformação revolucionária não se dará mecanicamente pelo simples fato da maturação do fator econômico, mas por meio da ação dos homens divididos em diferentes classes sociais e mesmo antagônicas. O trabalho revolucionário tem de se voltar para conquistar um grande desenvolvimento da consciência da classe

operária, a única revolucionária (capaz de sepultar o capitalismo e assentar as bases do comunismo).

Isso quer dizer que o trabalho fundamental, nesse momento, de maneira constante e sem pausas, é o do fortalecimento do POR, e da politização crescente das massas, que, em sua ação, mostram uma grande dose de impulso instintivo.

A revolução social não é uma operação que se impõe à sociedade madura desde fora, e como algo que vem totalmente elaborada. É na luta cotidiana das massas contra a ordem social estabelecida que se vai aproximando ou afastando da conquista do objetivo estratégico. De maneira concreta, é nesse momento que se trabalha a favor ou contra a revolução.

Isso supõe não esquecer que tem de ser a estratégia que condiciona a tática (operações prévias que devem conduzir as massas à conquista do poder) e os métodos de luta, que, para serem eficazes, devem corresponder ao grau de maturidade política das massas. Se se coloca a questão de maneira inversa, a tática acabará destruindo e substituindo a estratégia, essa é a essência do reformismo (colocar somente o que se pode conseguir, o que significa trabalhar para a manutenção indefinida do capitalismo), caminho que conduz à contrarrevolução. Os reformistas (têm como estratégia cooperar com a burguesia e seu governo de turno) argumentam, em todos os momentos, que a situação política não está madura para combater o governo e se dirigir a derrotá-lo, para pensar no socialismo, etc.

A posição revolucionária é diametralmente oposta e excludente à do reformista. Em todas as vicissitudes da luta de classes, o Partido Operário Revolucionário é a expressão política do proletariado, e o reformismo, da burguesia. Em nenhum momento, os revolucionários (a política operária) podem abandonar o objetivo estratégico, e têm de tomar essa referência obrigatória para condicionar a tática e os métodos de luta, de maneira que sempre estejam a seu serviço e a luta cotidiana não deixe de ser revolucionária. Tal é a essência das reivindicações transitórias. Em outras palavras, isto quer dizer que nos estamos referindo, em todos os momentos, aos fenômenos superestruturais da contradição que impera na estrutura econômica, o que significa que nos afirmamos como marxistas.

É por isso que a atividade partidária se converte em peça mestra da evolução da consciência de classe das massas, e da própria maturidade da direção política.

Não se pode esquecer que a maturidade da condição subjetiva para a conquista do poder é um processo que se dá todos os dias, com avanços, retrocessos e estagnação, enfim, de vitórias e de derrotas, que não cai do céu elaborada e empacotada, como prêmio de boa conduta dos reformistas.

Assinalamos a essência (seguindo o materialismo histórico) das reivindicações transitórias, que não devemos abandoná-las se somos marxistas. Corresponde ao partido, às células, ensinar e educar os militantes para sua elaboração em meio ao combate.

Por que os militantes (partimos do pressuposto de que são revolucionários) caem no reformismo, assim que estoura a luta feroz e cega das massas, mas que, em suas entranhas, levam os germes da nova sociedade, da nova ordem social?

Porque perderam sua capacidade para colocar-se por cima do simples instinto dos explorados. A finalidade estratégica, que sintetiza a consciência de classe, permite revelar o verdadeiro conteúdo do instinto classista, os germes da política que se dirige à conquista do poder. É preciso revelar, expressar e impulsionar (desenvolver) esses germes. Essa transcendental tarefa somente pode ser conquistada se não se abandona o objetivo estratégico do proletariado, encarnado no programa marxista-leninista-trotskista.

Aplicação dessa colocação na situação político-social em que vivemos

Aqui está a chave de uma correta atuação revolucionária do POR e de sua militância.

Temos de tomar a luta das massas (atualmente radicalizadas, ainda que possam ter momentos de estancamento) como um fenômeno objetivo para nós, a fim de poder observá-las à distância, e por meio dos livros ou dos esquemas subjetivos que poderíamos formular? Esse é o caminho que conduz a substituir a realidade social e política por alguns esquemas pré-estabelecidos.

Não podemos esquecer um só instante de que o papel fundamental do partido revolucionário é o de transformar as massas e torná-las conscientes, isso em meio à luta dos explorados radicalizados, que, instintivamente, caminham para a sua emancipação. O objetivo ambicioso é o de soldar as massas com a finalidade estratégica revolucionária. Dessa maneira, se evitará que a burguesia e seu governo manipulem os explorados e oprimidos, entregando-lhes casas miseráveis e algumas outras esmolas.

Isso somente se pode conquistar se os revolucionários se fundem com os explorados e oprimidos, como o fermento que transformará a luta instintiva em consciente, política. Essa transformação tem lugar em pleno combate.

Como podemos conquistar esse objetivo fundamental? No

processo imprescindível de elaborar a perspectiva da luta concretizada em consignas, reivindicações, que levam as massas à conquista do poder.

Isso se alcançará se a militância porista tiver como referência invariável o objetivo estratégico, e se puder expressar as necessidades imediatas das massas em reivindicações transitórias.

Mas não se trata somente de formular consignas, mas ter a obrigação de calibrar devidamente a altura a que chegam as massas, e a temperatura de sua luta, isso a fim de assinalar os métodos de luta que se deve empregar.

Tudo esse processo que se dá no seio das massas deve ser assimilado autocriticamente pelo partido (é parte das massas radicalizadas, e não estranho a elas), transformado em teoria. Tudo isso para incorporar a conquista ao arsenal dos explorados e oprimidos, e para que sirva como um elemento a mais ao avanço da materialização do objetivo estratégico.

Está aí uma das tarefas fundamentais do marxismo-leninismo-trotskismo. A generalização das conquistas (e também dos equívocos em que se cai na luta cotidiana) constitui uma forma de contribuir à politização das massas e à conquista da efetivação do objetivo estratégico, que é a estratégia do proletariado e de seu partido.

2 de maio de 1996

(Extraído de Ediciones “Muela Del Diablo”, Guillermo Lora)

Bolivia

Politiqueiros da burguesia, lacaia do imperialismo

Uma dezena de parlamentares da Assembleia Plurinacional da Bolívia enviou uma carta, para nada menos que o Presidente dos Estados Unidos, o multimilionário Donald Trump, pedindo-lhe que intervenha diante da OEA, para que esta se pronuncie para evitar a recandidatura de Evo Morales, nas eleições de outubro deste ano, em nome da defesa da “democracia” (burguesa, claro).

Estes lacaios do imperialismo clamam diante de seu amo, representante do imperialismo, protetor dos interesses das multinacionais, que sugam o sangue dos povos oprimidos, condenando-os ao atraso e à miséria, que intervenha na política interna do país. Querem que o imperialismo resolva o que eles não conseguem fazer. Os oprimidos e explorados bolivianos já não acreditam na farsa democrática burguesa, repudiam os politiqueiros, tanto da direita tradicional, como da nova direita massista, e recorrem à ação direta para impor, mediante a pressão nas ruas e rodovias, as suas necessidades, seja qual for o governo que resulte das eleições.

O governo reagiu condenando esta atitude, em nome da soberania nacional, contra o intervencionismo imperialista, embora, paralelamente, o presidente Evo Morales se encontrasse em Dubai e Turquia, e o Vice-Presidente García Linera na Alemanha, ambos oferecendo o país e as suas riquezas naturais à voracidade depredadora da inversão estrangeira.

Por que os explorados e oprimidos em geral não saem em defesa do cumprimento do Referendo de 21 de fevereiro de 2016, que rechaçou a recandidatura de Evo Morales? Porque a experiência de mais de 30 anos de governos democráticos burgueses ensinou-lhes que a tal democracia burguesa é uma farsa, uma forma de ditadura de classe da burguesia, e a desconfiar de todos os politi-

queiros burgueses e repudiá-los. Esses governos não fizeram senão reforçar as correntes de opressão nacional pelo imperialismo e levar adiante a política antioperária e antipopular. Evidenciou-se a experiência da impostura do MAS, que, inicialmente, despertou no povo trabalhador a ilusão de que um governo encabeçado por um indígena camponês seria um governo dos explorados.

Os opositores impotentes, que pedem expressamente a intervenção do governo norte-americano, para se livrar de Evo Morales, são tão pró-imperialistas e impostores, que continuam falando em anti-imperialismo, quando oferecem o país em leilão ao capital financeiro. Ambos são expressão da incapacidade da burguesia nacional para tomar em suas mãos a tarefa de retirar o país do atraso. É uma burguesia incapaz, que somente pode subsistir à sombra do imperialismo, vivendo das migalhas que o saque imperialista possibilita.

Será o povo oprimido, sob as bandeiras da política revolucionária do proletariado, que acabará de uma vez por todas com a ordem burguesa, expulsando do país as multinacionais sanguessugas, e retirando do poder a burguesia incapaz com todos os seus políticos ladrões.

**MORTE À FARSA DEMOCRÁTICO-BURGUESA!
AS ELEIÇÕES NÃO RESOLVEM NADA!
PELO GOVERNO OPERÁRIO E CAMPONÊS
E DE TODOS OS OPRIMIDOS!
VIVA O VOTO NULO OU BRANCO!**

(extraído do Jornal Massas, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

França / Macron retoma a ofensiva contra as massas

Após cinco de meses de contínuos protestos dos “Coletes Amarelos”, o movimento, que se ergueu no país contra o aumento de combustíveis e o crescente custo de vida, se arrefece, e cede passagem à contra-ofensiva do governo de Emmanuel Macron.

O movimento nacional criou as condições de um levante nacional dos explorados contra as medidas antipopulares e anti-operárias. Não por acaso, Macron foi obrigado a reconhecer que existia no país um “sentimento” de profunda “injustiça social”, e abrir uma via para incluir nos planos do governo parte das demandas do movimento.

Por essa via, a grande burguesia financeira conseguiu desviar a radicalização das camadas da pequena burguesia urbana e rural, para o campo das manobras institucionais. É o que representou o chamado “Grande Debate Nacional”, que, entre março e abril, programou uma “consulta popular”, para definir as “prioridades políticas” para o próximo período. Em 19 abril, finalmente, encerrou-se o referendo. E em 24 de abril, foi apresentada a proposta do governo ao país.

Macron informou que iria reduzir os impostos à classe média, ajustaria o valor das pensões e simplificaria as normas das consultas populares. O déficit orçamentário, criado pelos cortes de impostos (5 bilhões de euros), seria compensado com o fim de algumas isenções fiscais, a redução dos gastos públicos e uma reforma da Previdência. No entanto, rejeitou revogar a eliminação do *Imposto à Solidariedade sobre a Fortuna* (ISF) aos mais ricos, aumentar o salário mínimo, instaurar o voto obrigatório, ou estender os alcances das consultas populares para que adquiram caráter de lei. Por outro lado, reafirmou as privatizações projetadas, a aprovação de uma nova reforma trabalhista (os franceses “*devem trabalhar mais*”, disse), o aumento da contribuição das aposentadorias, e a continuação do plano de demissões no funcionalismo público (120 mil postos a menos).

A medida objetiva provocar a divisão entre a classe média e a classe operária, entre a pequena burguesia arruinada e a juventude oprimida. Ao rejeitar aceitar as reivindicações que dizem respeito à defesa dos empregos, salários e condições de vida, em detrimento

da melhoria circunstancial das condições de existência social da pequena burguesia urbana e rural, o plano de Macron mostra até que ponto a estratégia passa por avançar à conformação de um bloco das classes proprietárias contra a maioria despossuída da nação.

É nessa situação que salta à luz do dia a criminoso atitude das burocracias sindicais de bloquearem as tendências instintivas do proletariado de intervir na crise aberta pelos “Coletes Amarelos” e, assim, criar as condições para o proletariado se pôr à cabeça de um movimento nacional de luta contra os ajustes e os ataques da grande burguesia contra suas condições de vida.

Evidentemente, para essa manobra ter êxito, exige a subordinação política da classe média aos objetivos da grande burguesia imperialista. Mas, a esmagadora maioria das frações do movimento dos “Coletes Amarelos” assinalou que as medidas “*são insuficientes*”. O fracasso do governo pode reabrir a crise política.

O essencial está em assimilar que, quanto mais tempo se passa e mais a pequena burguesia avança no caminho de resolver suas reivindicações à custa das reivindicações operárias, mais se preparam as condições para que sua radicalização política assuma um conteúdo reacionário e direitista. Não se deve obscurecer que avança na Europa a direita chauvinista, fascizante e obscurantista. Recentemente, foi fechada uma aliança dos partidos ultradireitistas da França, Alemanha, Espanha e Itália para apresentar uma legenda na consulta para o Parlamento Europeu.

Se não quer ver suas condições de vida e direitos destruídos e continuar a ser base de manobra dócil das negociações da burocracia sindical, a classe operária francesa está obrigada a intervir na crise de poder do regime burguês com um programa e estratégia próprios. É necessário assinalar a importância da greve geral radicalizada de julho de 2016. Essa é a via pela qual o proletariado assumirá o comando das lutas.

Está colocada a tarefa urgente da vanguarda constituir o partido marxista-leninista-trotskista, avançar na formação de uma oposição classista e combativa nos sindicatos, e conquistar sua independência política e organizativa, sob a bandeira dos Estados Unidos Socialistas da Europa.

Israel / A reeleição de Nentanyahu abre uma etapa de violentas convulsões regionais

Em 9 de abril, foram realizadas as eleições gerais em Israel. Pela quinta vez, Nentanyahu (Likud) comandará o país como primeiro-ministro. O genocida e xenófobo se impôs sobre o ex-general Benny Gantz (Azul e Branco), por escassa margem, mas contará com a maioria no Parlamento.

Houve um crescimento das tendências fascizantes da política burguesa sionista. O que se reflete na queda do Partido Trabalhista, que obteve 6 cadeiras (21 a menos em relação a 2015), do Meretz (liberais), com 4 bancas (uma a menos que 2015) e, especialmente, no fato de que os partidos árabes-palestinos Balad e Hadash somaram juntos apenas 10 deputados (em 2015, constituíam a terceira força parlamentar). Houve a campanha pelo voto nulo, mas não arrastou uma parcela significativa das massas.

O essencial reside em que a vitória de Nentanyahu abre uma nova etapa anexionista e militarizante em toda a região. Como assinala Hanan Ashrawi, porta-voz da *Organização para a Liberação da Palestina* (OLP), “os eleitores israelenses escolheram uma esmagado-

ra maioria conservadora, xenófoba e antipalestina, que vai cerrar fileiras para expandir o apartheid”.

No campo da política interna, tais tendências se manifestaram na decisão de Netanyahu de demolir centenas de moradias palestinas localizadas no setor ocupado por Israel, em Jerusalém. As moradias palestinas (sejam históricas ou recentes) são consideradas, via-de-regra, como “ilegais”. Ao contrário, as construções dos colonos judeus, em territórios ocupados, são automaticamente legalizadas via decreto. Trata-se do reflexo da aprovação da Lei que estabelece o Estado Israel como judeu, fazendo dos árabes-palestinos “cidadãos de segunda categoria”.

No campo da política externa, se agravará a política colonialista e militarizante do sionismo. Não por acaso, as eleições de Nentanyahu teve por precedente o reconhecimento de Trump da soberania israelense sobre o Golan, território que pertence à Síria, ocupado militarmente na Guerra dos Seis Dias. Netanyahu informou que desconhecerá qualquer resolução da ONU de

apoiar o controle compartilhado desse território por Israel e Síria. E anunciou que promoverá novos assentamentos na Cisjordânia e Faixa de Gaza, objetivando “anexar definitivamente” os territórios ocupados.

Em última instância, a reeleição do genocida Nentanyahu reflete o profundo retrocesso político e organizativo em que afundou a classe operária judia, dominada pelo chauvinismo sionista. Assim como o esgotamento da política nacionalista das direções palestinas, impotentes de imporem a autodeterminação da nação oprimida. Em outras palavras: expuseram o esgotamento da via democrático-burguesa e diplomática da convivência de dois Estados (palestino e judeu), nas condições de ofensiva intervencionista do imperialismo, e da política colonialista da burguesia judia. Diferentemente, a destruição do Estado sionista, por meio da revolução e ditadura proletárias, criará as condições para a formação

de um Estado uno e socialista na Palestina.

A derrota do Estado genocida e colonialista abrirá caminho à luta pela autodeterminação nacional dos palestinos, e à formação de uma Frente Única Antiimperialista, capaz de expulsar o imperialismo de Oriente Médio. Imediatamente, trata-se de organizar a resistência ao expansionismo sionista pela via do armamento geral da população palestina. Hamas, Al-Fatah e a OLP negam-se a realizar essa fundamental tarefa organizativa. Está colocada a necessidade dos palestinos avançarem em sua independência política, construindo o partido marxista-leninista-trotskista. As condições para a emancipação política do proletariado árabe e sua constituição em classe dominante dependem, exclusivamente, da luta da vanguarda por superar a crise de direção revolucionária, erguendo o programa dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Golpe de Estado no Sudão não consegue abortar o ascenso das massas

Em 10 de abril, as Forças Armadas de Sudão realizaram um golpe de Estado contra Omar al-Bashir, no poder há 30 anos. O general Ahmed Awad Ibn Auf (até então Ministro da Defesa e vice-presidente) proclamou-se “presidente de fato” e anunciou a suspensão da Constituição, dissolveu o Parlamento, libertou milhares de “presos políticos”, declarou o “estado de emergência” e formou o “Conselho Nacional de Transição”. As eleições gerais foram marcadas para 2021.

Omar al-Bashir governou o país com mão de ferro. Nos últimos anos, aplicou um violento plano de medidas antinacionais e antipopulares ditado pelo imperialismo. O agravamento da carestia, o aumento dos alimentos e a escassez, junto à elevada inflação - cresceu 70% no último ano - e a queda dos salários, projetaram inúmeras e radicalizadas greves e manifestações populares. As massas exigiam a anulação das medidas e plena garantia aos direitos e liberdades democráticas, brutalmente cerceados pelo regime autocrático.

Procurando esmagar os protestos, al-Bashir ordenou uma brutal repressão. Trinta manifestantes foram assassinados pelos serviços de segurança, nos últimos quatro meses. As massas responderam radicalizando seus métodos e consignas. As reivindicações econômicas cederam passagem às políticas. À frente das mobilizações, esteve a *Associação de Profissionais Sudanenses*, principal central sindical opositora. Em dezembro de 2018, finalmente, as massas em luta começaram superar a polícia e avançaram na derrubada do governo com seus próprios métodos. Os soldados refletiram as exigências populares, ameaçando a disciplina militar.

Alertadas pelo avanço das tendências insurrecionais das massas e a possibilidade de uma ruptura no seio do exército, a alta cúpula das Forças Armadas decidiu por desfechar o golpe. Objetivava, por essa via, realizar um corte cirúrgico no poder e evitar a irrupção revolucionária das massas. No entanto, o golpe logo se demonstrou impotente para frear o ascenso dos explo-

rados. Se bem que as massas apoiassem o golpe (acreditavam que por essa via se facilitaria a queda do impopular governo de al-Bashir), rapidamente passaram a enfrentar a ditadura.

Ocorre que as Forças Armadas não pretendiam derrubar al-Bashir e abrir caminho às eleições, como exigiam as massas. Diante da tentativa de manter a ditadura, as massas passaram a exigir nas ruas a dissolução do Conselho Nacional e a convocação de eleições livres.

A ditadura decretou o toque de recolher. Mais uma vez, massivas e radicalizadas manifestações se ergueram e desafiaram o estado de sítio. Encurralado, a Ibn Auf renunciou e nomeou Abdel Fattah Abdelrahman Burhan, novo chefe do Conselho, que suspendeu o toque de recolher e convocou as forças políticas a debaterem a transição para as eleições.

O fundamental está em que a tentativa de consolidar um governo ditatorial, colocado por cima das massas, das forças políticas burguesas e das suas instituições, para desfechar o violento ajuste ditado pelo imperialismo, se deparou com as tendências das massas exploradas, que reagiram com seus próprios métodos na crise do poder burguês. O levante no Sudão colocou frente a frente a revolução e a contrarrevolução. O obstáculo à revolução se encontra na ausência do partido revolucionário.

Está plenamente colocada à vanguarda a tarefa de impulsionar as lutas das massas em defesa de suas reivindicações políticas e democráticas, integrando-as ao programa da revolução e ditadura proletárias. Não há outra via para derrotar as tendências reacionárias, ditatoriais e militarizantes da política burguesa, que se espalham por toda a parte. É, nessas condições, que salta à luz do dia o fato dos explorados africanos pagarem muito caro pela destruição da direção mundial, que encarnou na III Internacional, pelo estalinismo contrarrevolucionário. Há que superar a crise de direção avançando na tarefa de construção do Partido Mundial da Revolução Socialista.





Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique

No Jornal Massas anterior, expusemos as principais teses da Conferência das Seções do POSDR no estrangeiro, realizada em fevereiro de 1915. Estavam estabelecidas, completamente, as bases programáticas que separavam o internacionalismo proletário do socialchauvinismo.

Em maio desse ano, Lênin responde, em um breve artigo, *“Os sofismas dos socialchauvinista”*, ao folheto de Kautsky *“O internacionalismo e a guerra”*, publicado em novembro de 1914, e reproduzido em 1915. Combate a falsificação de que o internacionalismo proletário da época imperialista é compatível com a defesa da pátria. Recorre à resolução do Congresso de Basileia, da II Internacional, realizado em 1912. Sintetiza a essência de seu conteúdo: *“A guerra se faz pela partilha das colônias, e pelo saque de territórios alheios; os ladrões lutam entre si, e referir-se à derrota de qualquer um deles, no momento dado, para apresentar o interesse dos ladrões como sendo o interesse do povo ou da pátria, é uma descarada mentira burguesa. Ao ‘povo’, que sofre a consequência da guerra, devemos dizer a verdade, e essa verdade consiste em que é impossível colocar-se a salvo das calamidades da guerra sem derrubar os governos e a burguesia de cada país beligerante. Defender a Bélgica por meio da asfixia da Galícia ou Hungria não é ‘defender a pátria’.”*

Era necessário desmascarar a confusão criada por Kautsky, em torno da ideia de que Marx havia se colocado ao lado de uma das potências em guerra e que, assim, não fazia senão aplicar essa tática. A influência do folheto de Kautsky, por sua autoridade, levava outros representantes do revisionismo socialchauvinista a usar desse argumento, como o caso de A. Potréssov. Esse senhor publicou um artigo intitulado *“Entre duas épocas”*, reproduzindo o argumento kautskista, contra a posição do bolchevismo. Lênin responde: *“O sofisma desse raciocínio consiste em substituir um período anterior da história pelo período presente. As características fundamentais das guerras anteriores, às quais Kautsky se refere, eram as seguintes: 1) as guerras anteriores eram feitas para resolver as transformações democrático-burguesas, e para derrotar o absolutismo ou a opressão estrangeira; 2) as condições objetivas da revolução socialista não estavam ainda maduras, e nenhum socialista podia falar, antes da guerra, de utilizá-la ‘para precipitar a derrocada do capitalismo’, como fazem as resoluções de Stuttgart (1907), e de Basileia (1912); 3) não havia, então, nos Estados de ambos os lados beligerantes, partidos socialistas em certa medida fortes, de massa e temperados em uma série de batalhas”.*

No manifesto *“A guerra e a socialdemocracia da Rússia”*, de setembro de 1914, portanto anterior ao artigo *“Os sofismas dos socialchauvinistas”*, maio de 1915, Lênin denuncia a fal-

sificação ao marxismo. *“O método de Marx consiste, antes de tudo, em levar em conta o conteúdo objetivo do processo histórico, no momento concreto dado, e na situação concreta dada, a fim de compreender, antes de tudo, o movimento, de que tipo é a principal alavanca de um possível progresso na situação concreta. Naquele tempo, em 1859, o conteúdo objetivo do processo histórico da Europa continental não era o imperialismo, mas os movimentos burgueses de libertação nacional. A alavanca principal era o movimento da burguesia contra as forças feudais absolutistas”.*

Confundiam-se duas épocas distintas do capitalismo, a que iam de 1789 a 1871 e a de 1871 a 1914. *“A primeira época que se estende da Grande Revolução Francesa à guerra franco-prussiana, é a época de ascenso da burguesia, de seu triunfo pleno; da burguesia em ascenso; é a época dos movimentos democráticos burgueses, em geral, e, em particular, dos movimentos nacionais burgueses; a época de quebra rápida das caducas instituições absolutistas feudais. A segunda é a época de domínio total e de declínio da burguesia, a época de transição da burguesia progressista ao capital financeiro e ultrareacionário. É a época na qual uma nova classe prepara e reúne lentamente forças, a época da democracia atual”.*

Lênin considera ainda que, a partir de 1914, se abria a terceira época, *“que acaba de começar, coloca a burguesia na mesma ‘situação’ em que se achavam os senhores feudais durante a primeira época. É a época do imperialismo e, além disso, das comoções imperialistas, derivadas do imperialismo”.*

Observa-se que os socialchauvinistas procuravam passar-se por marxistas, utilizando-se do fato de Marx ter se colocado pelo apoio à burguesia progressista, que enfrentava os senhores feudais. Lênin indica que o *“movimento popular nos principais países afetados pela guerra era então um movimento democrático geral, isto é, democrático-burguês, por seu conteúdo econômico e de classe”.* Bem distinto é o conteúdo social e de classe na terceira época, época do imperialismo, apesar dos *“con-*

flitos internacionais serem idênticos aos da primeira época”.

Lênin conclui: *“O marco nacional burguês dos Estados, que foram durante a primeira época um ponto de apoio para o desenvolvimento das forças produtivas da humanidade, que se libertavam do feudalismo, converteram-se, agora, na terceira época, em um obstáculo ao desenvolvimento posterior das forças produtivas.”* De maneira que a burguesia da época imperialista é uma classe completamente reacionária e decomposta.

As duas análises opostas levavam, portanto, a duas linhas políticas diante da guerra. A tática do marxismo revolucionário entrava em choque com a tática do reformismo oportunista da II Internacional.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXII, Akal Editor)